

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

TAYSSA DO ROSÁRIO ZUCCHETTO

**SUMAK KAWSAY NA POLÍTICA? UMA ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE AS
MOBILIZAÇÕES DO BEM VIVER E DA INTERCULTURALIDADE NOS ‘PLANOS
NACIONAIS PARA O BEM VIVER’ EQUATORIANOS**

Porto Alegre

2023

TAYSSA DO ROSÁRIO ZUCCHETTO

**SUMAK KAWSAY NA POLÍTICA? UMA ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE AS
MOBILIZAÇÕES DO BEM VIVER E DA INTERCULTURALIDADE NOS ‘PLANOS
NACIONAIS PARA O BEM VIVER’ EQUATORIANOS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Pâmela Marconatto Marques

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Zucchetto, Tayssa do Rosário
Sumak Kawsay na política? Uma análise documental
sobre as mobilizações do Bem Viver e da
Interculturalidade nos 'Planos Nacionais para o Bem
Viver' equatorianos / Tayssa do Rosário Zucchetto. --
2023.
70 f.
Orientadora: Pâmela Marconatto Marques.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Sumak Kawsay. 2. Bem Viver. 3.
Interculturalidade. 4. Povos e Nacionalidades
Indígenas. 5. Plan Nacional para el Buen Vivir. I.
Marques, Pâmela Marconatto, orient. II. Título.

TAYSSA DO ROSÁRIO ZUCCHETTO

**SUMAK KAWSAY NA POLÍTICA? UMA ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE AS
MOBILIZAÇÕES DO BEM VIVER E DA INTERCULTURALIDADE NOS ‘PLANOS
NACIONAIS PARA O BEM VIVER’ EQUATORIANOS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 04 de Abril de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Dra. Pâmela Marconatto Marques – Orientadora

UFRGS

Prof. Dr. Fabian Scholze Domingues

UFRGS

Profª. Dra. Marília Floôr Kosby

UNIPAMPA

À minha família, meu porto seguro.
Aos que sonham e lutam por um mundo mais justo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos e todas que me acompanharam ao longo de minha vida e trajetória acadêmica, sejam familiares, amigos(as), educadores, dentre muitos outros cujos caminhos se entrelaçaram com o meu.

Agradeço à UFRGS pelos ensinamentos, cresci muito frequentando seus múltiplos espaços e aprendi diversas lições por meio do tripé de Ensino, Pesquisa e Extensão; ao Estado e ao povo brasileiro, sou grata pela oportunidade de estudar em uma instituição pública de tamanha qualidade, os quais também proporcionaram que uma paraense pleiteasse uma vaga em uma universidade gaúcha através do SISU.

Sem dúvidas, eu não teria conseguido realizar este trabalho sem o suporte e carinho da minha rede de apoio e, por isso, serei eternamente grata:

À minha querida e amada mãe, Tânia, por me amar incondicionalmente e por me apoiar em todos os momentos e em todos os meus sonhos. Desde pequena, eu sempre olhei para a senhora como um exemplo ímpar de força, fé, dedicação e carinho; és minha melhor amiga e confidente.

Ao meu pai, João, sou grata por ser uma presença tão importante e por ter me apoiado na mudança para Porto Alegre.

Ao meu irmão caçula, João Alberto, por sempre estar do meu lado e me fazer rir em todos os momentos.

À Deus e Nossa Senhora de Nazaré, pelo amparo espiritual, pelas bênçãos e por sempre guiarem meus caminhos.

À Professora Pâmela, minha orientadora, por todo apoio, pelas palavras de encorajamento e por mostrar um caminho dentro das Relações Internacionais que nunca imaginei explorar. Obrigada, mais uma vez, por ter me apresentado o campo dos estudos decoloniais e suas potencialidades: cada aula, texto e conversa foram essenciais nessa trajetória.

Às amigas que me acompanharam ao longo da jornada da graduação e do TCC. De Belém, agradeço à Ana Clara, Ana Carolina, Flávia, Ana Yasmin, Carolina e Cecilia pelo afeto e encorajamento. De Porto Alegre, sou grata pelo companheirismo e pelos aprendizados à Nataly, Mariane, Ana Paula, Fernanda, Nicole, Kelen, Eduarda e Giovana.

Assumir o desafio de tomar minhas próprias decisões, reconhecer meus pontos fortes e meus limites foram verdadeiros exercícios de autonomia acadêmica e constituíram passos importantes dentro do caminho que escolhi trilhar. Espero sempre cultivar uma escuta atenta, ser uma aliada de lutas tão necessárias e também florescer como pesquisadora desde o Sul Global.

“O Bem Viver – enquanto filosofia de vida – é um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas. Um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência e propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas.”

(ACOSTA, 2017, p. 29)

RESUMO

A presente monografia consiste em um estudo de caso acerca das mobilizações da percepção de Bem Viver e diálogo intercultural no Equador durante o governo Correa (2007–2017), com o intuito de identificar como estas mobilizações ocorrem através de uma análise documental dos *Planes Nacionales para el Buen Vivir* (PNBVs) relativos aos períodos 2009–2013 e 2013–2017. A partir da pergunta norteadora de pesquisa, as seguintes hipóteses surgem: (a) em consonância com o Regime de Bem Viver da Constituição e com as garantias do artigo 1º, o Equador vêm implementando sustentadamente a interculturalidade e o Bem Viver como instrumentos de políticas públicas; (b) Estados plurinacionais têm tido mais êxito em implementar ambas estas percepções em suas atuações, graças às contribuições dos movimentos indígenas; (c) o movimento indígena organizado, na figura da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), representa um ator político essencial no tensionamento entre o *status quo* e as potencialidades da interculturalidade e do Bem Viver. Para investigar isso, as estratégias metodológicas utilizadas compreendem a estruturação de uma contextualização histórica acerca de processos específicos que conformaram a formação e consolidação do Equador como Estado-nação, levando em conta aspectos relativos ao período colonial e processo de libertação, às instabilidades experienciadas da segunda metade do século XX e, por conseguinte, aos processos-chave que culminaram na Revolução Cidadã e na elaboração da Constituição de 2008; assim como a execução da análise propriamente dita, a partir de levantamento de literatura pertinente à interculturalidade e ao *Sumak Kawsay* (Bem Viver, em quíchua), de modo a fundamentar o aporte teórico utilizado no presente trabalho, marcadamente decolonial latino-americano, e da análise documental qualitativa dos PNBVs escolhidos de maneira a testar as hipóteses preliminares. Assim, os resultados obtidos perpassam a atenuação da radicalidade discursiva das transformações propostas de um PNBV para o outro, caracterizando a hipótese (a) como parcialmente verdadeira; já a (b) demanda um estudo de maior envergadura para testá-la, levando em conta também a experiência plurinacional boliviana e outras análises; enquanto que a (c) provou-se como verdadeira, ao passo em que as reivindicações históricas dos povos e nacionalidades indígenas e a atuação do movimento foram essenciais para a adoção de múltiplas percepções aos documentos examinados.

Palavras-chave: *Sumak Kawsay*. Bem Viver. Interculturalidade. Povos e Nacionalidades Indígenas. *Plan Nacional para el Buen Vivir*.

RESUMEN

La presente monografía consiste en un estudio de caso sobre las movilizaciones de la percepción del Buen Vivir y del diálogo intercultural en Ecuador durante el gobierno Correa (2007–2017), con el objetivo de identificar cómo se producen estas movilizaciones por intermedio de un análisis documental de los Planes Nacionales para el Buen Vivir (PNBVs) relativos a los periodos 2009–2013 y 2013–2017. De la pregunta guía de investigación se desprenden las siguientes hipótesis: (a) en consonancia con el Régimen del Buen Vivir de la Constitución y las garantías del artículo 1º, Ecuador ha venido implementando de manera sostenible la interculturalidad y el Buen Vivir como instrumentos de política pública; (b) los Estados plurinacionales han sido más exitosos en la implementación de ambas percepciones en sus actuaciones, gracias a los aportes de los movimientos indígenas; (c) el movimiento indígena organizado, en la figura de la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE), representa un actor político esencial en la tensión entre el *status quo* y las potencialidades de la interculturalidad y del Buen Vivir. Para verificarlas, las estrategias metodológicas utilizadas comprenden la estructuración de una contextualización histórica acerca de procesos específicos que configuraron la formación y consolidación del Ecuador como Estado-nación, tomando en cuenta aspectos relativos al período colonial y al proceso de libertación, las inestabilidades vividas en la segunda mitad del siglo XX y, consecuentemente, los procesos claves que culminaron en la Revolución Ciudadana y la redacción de la Constitución de 2008; así como la ejecución del análisis propiamente dicho, desde el mapeo de la literatura pertinente a la interculturalidad y al *Sumak Kawsay* (Buen Vivir, en quechua), para fundamentar el aporte teórico utilizado en este trabajo, marcadamente decolonial latinoamericano, hasta el análisis documental cualitativo de los PNBVs elegidos para poner a prueba las hipótesis preliminares. Así, los resultados obtenidos permean la atenuación de la radicalidad discursiva de las transformaciones propuestas de un PNBV a otro, caracterizando la hipótesis (a) como parcialmente verdadera; la hipótesis (b) requiere de un estudio más amplio para su comprobación, teniendo en cuenta también la experiencia plurinacional boliviana y otros análisis; mientras que la hipótesis (c) se demostró ser verdadera, ya que las reivindicaciones históricas de los pueblos y nacionalidades indígenas y las acciones del movimiento fueron esenciales para la adopción de múltiples percepciones de los documentos examinados.

Palabras clave: *Sumak Kawsay*. Buen Vivir. Interculturalidad. Pueblos y nacionalidades indígenas. Plan Nacional para el Buen Vivir.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa político do território equatoriano contemporâneo (área continental e ilhas Galápagos)	21
Figura 2	Distribuição de povos e nacionalidades indígenas no Equador	22
Figura 3	Mapa temporal dos movimentos espanhóis ao longo das invasões e conquistas (exceto porção meridional da América do Sul)	25
Figura 4	Mapa de vice-reinos e capitanias na América espanhola no final do século XVIII	27
Figuras 5	Levante de Inti Raymi (1990)	32
Figuras 6 e 7	Capas dos PNBVs selecionados	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	<i>Alianza PAIS</i>
CNP	<i>Consejo Nacional de Planificación</i> (Conselho Nacional de Planejamento)
CODENPE	<i>Consejo de Desarrollo de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas del Ecuador</i> (Conselho de Desenvolvimento das Nacionalidades e Povos Indígenas do Equador)
CONAICE	<i>Confederación de Nacionalidades y Pueblos Indígenas de la Costa Ecuatoriana</i> (Confederação de Nacionalidades e Povos Indígenas da Costa Equatoriana)
CONAIE	<i>Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador</i> (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador)
CONFENIAE	<i>Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana</i> (Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Ecuatoriana)
ECUARUNARI	<i>Ecuador Runakunapak Riccharimui / Confederación de Pueblos de la Nacionalidad Kichwa del Ecuador</i> (Confederação de Povos da Nacionalidade Quíchua do Equador)
PIB	Producto Interno Bruto
PND	<i>Plan Nacional de Desarrollo</i> (Plano Nacional de Desenvolvimento)
PNBV	<i>Plan Nacional para el Buen Vivir</i> (Plano Nacional para o Bem Viver)
SENPLADES	<i>Secretaria Nacional de Planificación y Desarrollo</i> (Secretaria Nacional de Planejamento e Desenvolvimento)
SNDPP	<i>Sistema Nacional Descentralizado de Planificación Participativa</i> (Sistema Nacional Descentralizado de Planejamento Participativo)
USD	<i>United States Dollar</i> (Dólar dos Estados Unidos)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	DA COLONIZAÇÃO À REVOLUÇÃO CIDADÃ: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS-CHAVE	21
2.1	A COLONIZAÇÃO ESPANHOLA NO EQUADOR E O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA	24
2.2	A CRISE DO ESTADO EQUATORIANO NO SÉCULO XX E A REVOLUÇÃO CIDADÃ	29
3	OUTROS MUNDOS POSSÍVEIS: PERSPECTIVAS SOBRE O SUMAK KAWSAY E A INTERCULTURALIDADE	36
3.1	FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO SUMAK KAWSAY E DA INTERCULTURALIDADE	36
3.2	O BEM VIVER E A INTERCULTURALIDADE SEGUNDO OS PNBVs 2009-2013 E 2013-2017: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL	40
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	55
	ANEXO A – ÍNDICE DO PNBV 2009-2013	63
	ANEXO B – ÍNDICE DO PNBV 2013-2017	68

1 INTRODUÇÃO

O pensamento ancestral de povos originários de *Abya Yala* relacionado à vida em plenitude é o elemento fundamental para refletir sobre o Bem Viver. Ele, desta maneira, trata da busca por dignidade, pautada no acesso aos bens e serviços necessários, na consolidação da coesão social e da participação ativa dos indivíduos na construção da sua realidade e destino, levando em conta o respeito à diversidade e à equidade. Pode-se, então, assumir que a interculturalidade é um elemento essencial para o *Buen Vivir*, pois consiste, de modo geral, “no contato e intercâmbio entre culturas em termos equitativos” (WALSH, 2009, p. 41), considerando processos contínuos de comunicação mútua e aprendizagem orientados pela troca de conhecimentos, valores e racionalidades. A partir e para além desta inter-relação, a interculturalidade constitui uma via para pensar outras epistemes, práticas sociais e políticas, assim como outros modelos de sociedade. Trata-se, portanto, de um projeto contínuo, pautado nas lutas históricas de populações tradicionais, afrodescendentes e indígenas na América Latina e, nesse contexto, o Estado e a sociedade são interpretados como espaços em que a luta decolonial se desenvolve (ACOSTA, 2017; LARREA, 2017; WALSH, 2006, 2009).

Ao longo da graduação, aprendi que as Teorias são como lentes, as quais lançamos sobre a realidade. Em razão dos múltiplos processos e estruturas existentes, não há como explicar tudo de maneira incontestável através de apenas um aporte teórico; logo, existem propósitos tanto individuais quanto coletivos envolvidos no pensar e no fazer intelectual a partir da mobilização de conceitos e categorias. Por isso, em um âmbito pessoal, ansiava por refletir sobre as particularidades e a potência de conhecimentos e processos gestados no Sul Global. Assim, desenvolver a pesquisa em questão e imergir na literatura disponível quanto ao *Sumak Kawsay* e à interculturalidade trouxeram à tona, cada vez mais, a vontade de pensar alternativas para a realidade em que vivemos, a partir do aporte decolonial e de epistemes indígenas.

No que tange às Relações Internacionais, podemos localizar a abordagem tomada aqui dentro do pós-positivismo, ultrapassando uma percepção de uma realidade objetiva para múltiplas realidades que são construídas dados os contextos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Ao se levar em conta a pluralidade das contribuições teóricas e práticas no âmbito das epistemologias do Sul, categoria mobilizada pelo intelectual português Boaventura de Sousa Santos (2018), há a potencialização da descolonização do pensamento e do conhecimento a partir da representação e

transformação do mundo tendo como sujeitos os interlocutores subalternizados. Em um cenário de hegemonia epistemológica pautada em profundas disparidades em múltiplos níveis — local, regional e internacional —, assume-se que a colonialidade¹ ainda atua sobre a estrutura em que vivemos. Nesse cenário, o presente trabalho se propõe a realizar uma tradução intercultural em relação ao tema proposto, já que os diferentes saberes produzidos no âmbito de lutas comuns e das transformações alcançadas devem ser compartilhados almejando a interlocução entre diferentes atores acerca das experiências. Além disso, vale ressaltar que a produção não permanece na esfera teórica e metodológica, ela justamente se revela como saber que possui a intenção de atuar diretamente na emancipação social e na justiça cognitiva. Portanto, cabe ao internacionalista abrir seu coração e sua mente para que esses saberes reverberem, sempre levando em conta os seus múltiplos contextos e se atentando ao fato de que eles próprios são sujeitos de sua história e produção.

O aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, as consequências da exploração ambiental predatória e da produção desenfreada, o acirramento de tensões, a precarização do acesso a direitos e serviços básicos: estas são algumas das principais questões que tomaram lugar nas discussões sobre América Latina nos últimos anos. Múltiplas mobilizações e protestos populares tomaram lugar, grande parte delas respondidas com truculência por parte das forças de segurança e por discursos inflamados emitidos pelas autoridades políticas. Isto, por sua vez, consolida ainda mais a proposta norteadora para a escolha do presente tema: a necessidade de alternativas ao sistema, pautadas na existência de condições dignas a todos(as), as quais devem ser pensadas a partir das experiências regionais.

Em vista destas questões, a presente monografia se propõe a realizar um estudo de caso acerca das mobilizações das percepções de Bem Viver e interculturalidade no Equador durante o governo Correa (2007-2017), a partir da análise documental dos *Planes Nacionales para el Buen Vivir* (PNBVs) relativos aos períodos 2009-2013 e 2013-2017. Para tal, buscou-se identificar, historicamente, os principais condicionantes para a constituição do Equador e de seus grupos sociais; compreender as dinâmicas envolvidas na ascensão dos movimentos indígenas equatorianos como atores políticos, principalmente da CONAIE; e analisar a intersecção entre as atuações do governo e dos movimentos indígenas nos PNBVs, levando em consideração as

¹ A colonialidade consiste na perpetuação da estrutura de poder de matriz colonial, pautada na hierarquização entre sujeitos dominadores e subalternizados, assim como na operacionalização desta diferença através de mecanismos sociais, políticos e econômicos, sejam eles de caráter material ou subjetivo (QUIJANO, 2000).

contribuições teóricas, os marcos constitucionais e as mobilizações discursivas adotadas nos documentos. Partindo desses fundamentos, as escolhas de pesquisa foram delineadas simultaneamente à escrita, levando em consideração a realização de recortes possíveis e equiparáveis para a análise com o intuito de traçar um percurso que, de modo geral, sustentasse o cumprimento dos objetivos e a testagem das hipóteses em relação à pergunta de pesquisa.

A partir da pergunta norteadora de pesquisa, as seguintes hipóteses surgem: (a) em consonância com o Regime de Bem Viver da Constituição e com as garantias do artigo 1^o, o Equador vêm implementando sustentadamente a interculturalidade e o Bem Viver como instrumentos de políticas públicas; (b) Estados plurinacionais têm tido mais êxito em implementar ambas estas percepções em suas atuações, graças às contribuições dos movimentos indígenas; (c) o movimento indígena organizado, na figura da CONAIE, representa um ator político essencial no tensionamento entre o *status quo* e as potencialidades da interculturalidade e do Bem Viver. Destarte, o presente trabalho está estruturado em duas seções, ‘Da Colonização à Revolução Cidadã: uma contextualização de processos-chave’ e ‘Perspectivas sobre o *Sumak Kawsay* e a Interculturalidade’, além da introdução, considerações finais, referências utilizadas e dois anexos, que consistem em imagens dos índices dos PNBVs selecionados para a análise.

Em matéria de conteúdo, a seção ‘Da Colonização à Revolução Cidadã: uma contextualização de processos-chave’ expõe questões específicas que conformaram a formação e consolidação do Equador como Estado e as transformações inovadoras ocorridas a partir da nova Carta Magna. Antes de tudo, foi realizado um recorte geral sobre algumas características do Equador contemporâneo, assim como alguns apontamentos relevantes sobre o Estado-nação latino-americano. A partir disso, na subseção 2.1, intitulada ‘A Colonização Espanhola no Equador e o Processo de Independência’, são abordados aspectos relativos ao período colonial espanhol na região e, por conseguinte, ao processo de libertação do domínio metropolitano. Já a subseção 2.2, denominada ‘A Crise do Estado Equatoriano no século XX e a Revolução Cidadã’, é dedicada a construir um quadro geral das instabilidades políticas, econômicas e sociais

² “Art. 1. - O Equador é um Estado constitucional de direitos e justiça, social, democrático, soberano, independente, unitário, intercultural e laico. É organizado em formato de república e governado de maneira descentralizada.” (EQUADOR, 2008, p. 23, tradução nossa).

Tradução original: “Art. 1.- El Ecuador es un Estado constitucional de derechos y justicia, social, democrático, soberano, independiente, unitario, intercultural, plurinacional y laico. Se organiza en forma de república y se gobierna de manera descentralizada.” (EQUADOR, 2008, p. 23).

experienciadas da segunda metade do século XX e, por conseguinte, aos processos-chave que culminaram na Revolução Cidadã e na elaboração da Constituição de 2008.

Este capítulo, por sua vez, subsidia os esforços de testagem das hipóteses (a), (b) e (c), apoiando-se nos múltiplos cenários apresentados a fim de obter-se uma visão holística dos acontecimentos. A intenção envolvida em abordar os conteúdos escolhidos na seção decorre da necessidade de compreender e apresentar, ao leitor ou à leitora, a configuração estrutural das condições de desigualdades e das contradições que o modelo colonial impôs ao que entendemos hoje por Equador e seus habitantes. Essas transformações, por sua vez, estendem-se no tempo e se perpetuaram na estrutura Estatal moderna que foi posteriormente adotada, principalmente no que tange à posição oligárquica hegemônica e também a estratificação social resultante, assim como na condição de país periférico e fornecedor de bens primários ou de baixo valor agregado no cenário internacional.

Por sua vez, ao longo do século XX, instabilidades à nível econômico, político e social tomaram lugar, o que levou à emergência dos movimentos indígenas equatorianos, articulados em múltiplos grupos, os quais contestavam os caminhos tomados pelo governo, assim como pela persistente invisibilização dos povos e nacionalidades indígenas. Esta atuação, por sua vez, impulsionou a difusão de outros princípios, como a plurinacionalidade aplicada à democracia, o humanismo integral e o comunitarismo; de modo a clamarem por reformas constitucionais e nos níveis acima apontados. Ademais, posteriormente, houve a ascensão da Revolução Cidadã, liderada por Rafael Correa sob o *Movimiento PAIS*, e a realização de um novo processo constituinte. Contudo, as repercussões históricas prévias também influenciaram imensamente a articulação entre esta nova frente governamental e os movimentos indígenas, havendo um afastamento e o acirramento de tensões entre ambos, o que também influenciou na adoção das garantias constitucionais previstas.

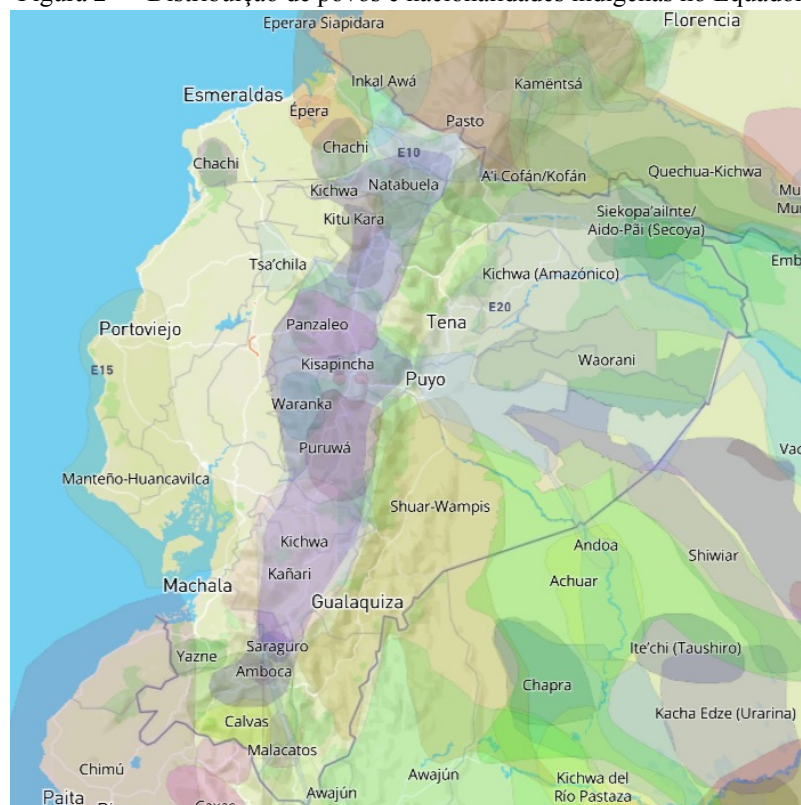
Por fim, a seção ‘Perspectivas sobre o *Sumak Kawsay* e a Interculturalidade’ contém a análise dos documentos a partir do aporte teórico escolhido. Com base no levantamento de literatura pertinente, a subseção 3.1, denominada ‘Fundamentos Teóricos sobre o *Sumak Kawsay* e a Interculturalidade’, aborda o aporte teórico utilizado no presente trabalho, marcadamente decolonial latino-americano e pautado majoritariamente nas contribuições de intelectuais equatorianos. Ademais, a subseção 3.2, intitulada ‘A Interculturalidade e o Bem Viver segundo os PNBVs 2009-2013 e 2013-2017: uma análise documental’ consiste na realização da investigação

qualitativa dos PNBVs escolhidos, de maneira a buscar compreender como as mobilizações de ambos os conceitos foram realizadas nos Planos.

Dessa maneira, esta seção está voltada principalmente à testagem das hipóteses (a) e (b), ao passo em que sistematiza os fundamentos e valores do *Sumak Kawsay* e da interculturalidade a partir dos pensamentos ancestrais e das constatações intelectuais envolvidas quanto à aplicabilidade destas categorias no cenário contemporâneo e suas ramificações. Tendo isto em vista, assim como as garantias constitucionais previstas pelo *Régimen del Buen Vivir* e pelo escopo do planejamento participativo, buscou-se desenvolver a análise dos capítulos escolhidos de modo a expor os principais conteúdos abordados em cada seção selecionada no que tange às temáticas de *Buen Vivir* e diálogo intercultural, aliando-se tanto à exposição sistemática dos principais temas quanto à escolha de um trecho pertinente à trajetória de pesquisa. Portanto, refletiu-se sobre as escolhas discursivas que foram observadas nos elementos do *corpus* e, por sua vez, sobre as continuidades e os deslocamentos identificados de um documento em relação ao outro.

Do ponto de vista geográfico, o país pode ser dividido, continentalmente, em três porções — Costa, Serra/Andes e Amazônia —, além da região insular, representada pelo arquipélago de Galápagos (CEDENÑO *et al.*, 2016). Já em matéria de composição étnica, verificamos, na imagem abaixo, a presença dos povos e das nacionalidades indígenas no país, concentradas principalmente nas regiões amazônica e andina:

Figura 2 — Distribuição de povos e nacionalidades indígenas no Equador



Fonte: Native Land Digital⁴ (2023).

No que tange à composição étnica equatoriana, cabe apresentar as categorizações acima mencionadas. De acordo com a definição proposta pelo *Consejo de Desarrollo de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas del Ecuador* (CODENPE), as nacionalidades indígenas são formadas pelos povos milenares anteriores ao Estado equatoriano e, por sua vez, constitutivos do mesmo. Além disso, há a autodeclaração de seus integrantes como tal, a partir de identidades

⁴ A plataforma Native Land Digital tem suas informações obtidas e atualizadas via *crowdsourcing*, ou seja, está pautada na colaboração coletiva para a geração dos mapas. Neste sentido, a plataforma afirma-se como um recurso educativo, mas também determina que não consiste em uma fonte acadêmica ou que reproduz fidedignamente toda a realidade. A decisão em prol da utilização do instrumento em questão perpassou uma intenção de demonstrar, visualmente, a disposição mais atual possível no que tange à distribuição dos povos e das nacionalidades indígenas, sendo que a captura do mapa foi feita no dia 24 de Março de 2023 (NATIVE LAND, 2019).

comuns em territórios determinados, assim como portam instituições e formas tradicionais de organizações e possibilidade de exercício de autoridade. Já os povos indígenas se definem como coletividades originárias, com identidades culturais distintas dos demais grupos sociais, organizadas em comunidades; possuem sistemas de organização, mas não autoridade. Levando isso em consideração, segundo a CONAIE, 15 nacionalidades e 18 povos indígenas fazem parte do Equador (INEC, 2006; CONAIE, 2022; INTERNATIONAL WORK GROUP FOR INDIGENOUS AFFAIRS (IWGIA), 2022).

Após essa brevíssima apresentação, de modo a melhor compreender os processos que serão expostos nesta seção, é necessário apresentar a concepção do Estado no cenário latino-americano, considerando o caráter colonial de seu surgimento e persistência, assim como a condição periférica, no cenário internacional, que isso implica. Em linhas gerais, a literatura decolonial latino-americana assume que o Estado-nação moderno baseia-se na existência de uma sociedade nacionalizada, individualizada identitariamente em relação às demais, que opera sob os princípios de cidadania e democracia política em um governo centralizado. Nesse cenário, ele é tanto estrutura quanto produto do poder (BONETTO, 2012; QUIJANO, 2000).

Edgardo Lander, sociólogo venezuelano, afirma que “(...) o neoliberalismo é debatido e confrontado como uma teoria econômica, quando, na realidade, deve ser compreendido como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório”⁵ (2000, p. 4, tradução nossa). Desta maneira, este modelo constitui uma síntese dos pressupostos e valores circulantes na sociedade moderna e em seu modo de vida, pautando as percepções em relação ao ser humano, à natureza e aos demais elementos constituintes da estrutura, seja a riqueza, história, até noções de progresso e mesmo de conhecimento válido. Ao levarmos em conta a percepção acerca do Estado moderno latino-americano colonial, a capacidade de sustentar a justificativa de que o modelo civilizatório vigente é o único possível, podendo ser aplicado universalmente e negando a existência de alternativas, ampara e reafirma a prática hegemônica (LANDER, 2000; QUIJANO, 2000).

Assumindo como pontos de partida estas percepções fundantes acerca do Estado latino-americano e as contradições que o mesmo exprime na realidade da região, as seguintes subseções terão como objetivo delinear alguns processos relevantes da conjuntura política, econômica e social equatoriana, de modo a melhor compreender o objeto de análise. Para fins de

⁵ Citação original: “(...) el neoliberalismo es debatido y confrontado como una teoría económica, cuando en realidad debe ser comprendido como el discurso hegemónico de un modelo civilizatorio” (LANDER, 2000, p. 4).

observação e melhor contextualização, foram selecionados três processos chave: os períodos de colonização e emancipação, assim como a crise institucional equatoriana no século XX e, por fim, a ocorrência da Revolução Cidadã.

2.1 A COLONIZAÇÃO ESPANHOLA NO EQUADOR E O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

A presente subseção almeja introduzir aspectos gerais relevantes sobre a colonização espanhola no Equador. Tendo em vista o recorte temático pretendido, não serão discutidas especificidades relativas ao período anterior à conquista liderada por Sebastián de Belalcázar⁶, ainda que as reconheçamos como importantíssimas para pensarmos em uma história do continente anterior ao embate colonial. A intenção central desta subseção é abordar os impactos da inserção deste espaço na lógica do pacto colonial dos pontos de vista social, étnico, laboral e produtivo⁷.

A partir das invasões ibéricas, a colonização foi executada em múltiplas frentes ao longo do território hoje assumido como América Latina. Nesse cenário, falar do período colonial auxilia a trazer à tona os reflexos da colonialidade presentes ao longo da história, ao passo em que tais movimentos de conquista e exploração estabeleceram a implementação de todo um sistema de pensamento e trabalho atrelado à lógica Metrópole-Colônia (AYALA MORA, 2008).

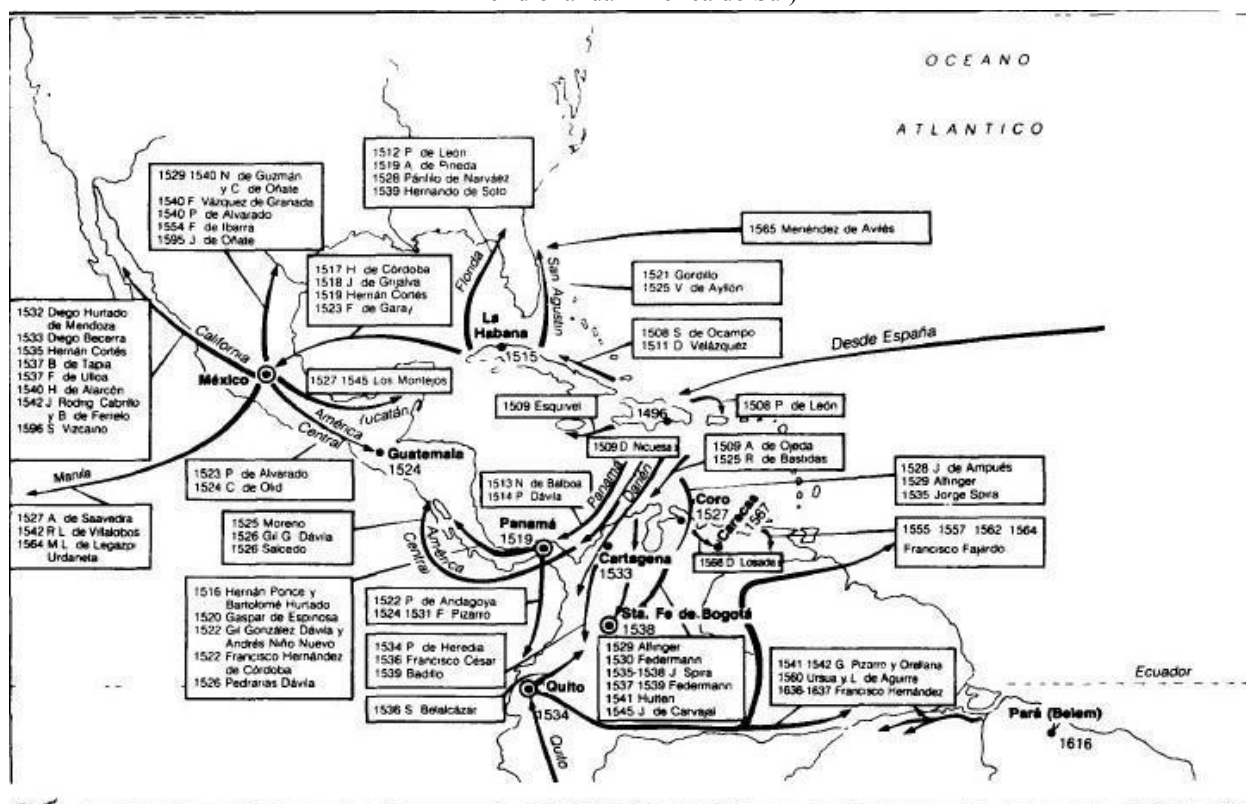
De acordo com Enrique Ayala Mora, historiador e político equatoriano, é possível subdividir o período colonial espanhol em solo equatoriano em três grandes períodos: (d) estágio de consolidação inicial da colonização, que se estende durante o século XVI a partir da Conquista de Quito (1536); (e) vigência do “primeiro” pacto colonial⁸ até as primeiras décadas do século XVIII, pautado principalmente na produção têxtil; (f) vigência de um “segundo” pacto colonial, a partir da Crise dos 1700, e o fim da época colonial na segunda metade do século XVIII (AYALA MORA, 2008).

⁶ Belalcázar fazia parte da expedição de Francisco Pizarro para a promoção da desestabilização das tribos do Império Incaico (CENTRO VIRTUAL CERVANTES, 2023).

⁷ Vale ressaltar que a história dos povos do Equador ultrapassa os momentos de chegada e estabelecimento dos Incaicos ou dos Espanhóis (SOLANO; OCHOA; GALLEGOS, 2007).

⁸ Pacto colonial foi um instrumento utilizado pelas Metrôpoles coloniais para subjugar suas Colônias e manter a dependência das mesmas política, econômica e ideologicamente (AYALA MORA, 2008).

Figura 3 — Mapa temporal dos movimentos espanhóis ao longo das invasões e conquistas (exceto porção meridional da América do Sul)



Fonte: Elliott (1990, p. 126).

Durante o primeiro período, foi estabelecido “um mecanismo de extração de excedentes em forma de trabalho e impostos, ao mesmo tempo que um instrumento de controle ideológico”⁹ (AYALA MORA, 2008, p. 13, tradução nossa) a partir da adoção da *encomienda*, a qual consistia em um tributo cobrado pela catequização dos indígenas e cuja contrapartida consistia no emprego da mão de obra dos nativos. Trata-se, portanto, do assentamento do poder colonial tendo em vista que a administração metropolitana passou a operar mudanças nas estruturas de crenças, de produção e trabalho, assim como na social. Ademais, a institucionalização do poder colonial perpassou o estabelecimento das unidades administrativas (Audiências, Capitánias, Vice-Reinos e demais estruturas) e dos respectivos representantes da Coroa, a fundação das cidades e das dioceses consistiram em ferramentas relevantes ao processo em questão. Por sua vez, a Real Audiência de Quito, consolidação da administração legal e política, foi criada em 1563 (AYALA MORA, 2008; GARCÉS DÁVILA, 1992).

⁹ Citação original: “(...) un mecanismo de extracción de excedentes en forma de trabajo e impuestos, al mismo tiempo que un instrumento de control ideológico” (AYALA MORA, 2008, p. 13).

A estratificação social baseada na segregação de grupos étnicos foi uma constante desde o início do processo colonizatório espanhol. Desta maneira, a presença das sociedades indígenas e de suas organizações sociais foi mantida, contudo havia a diferenciação entre a República de Brancos e a República de Índios (*República de blancos e República de indios*, em espanhol), dominadores e dominados no que tange à estrutura colonial espanhola. Assim, elementos constitutivos das sociedades nativas foram assimilados pela burocracia e, por sua vez, ocorreram movimentos de progressiva aculturação econômica, social, linguística e política dessas comunidades. Logo, o assentamento da estrutura colonial teve como uma das bases essenciais as desigualdades legal e social entre a elite dominadora e os grupos subalternizados (AYALA MORA, 2008; ELLIOTT, 1990; SOLANO; OCHOA; GALLEGOS, 2007).

Já o segundo período é caracterizado pelo aprofundamento das dinâmicas de dominação colonial, sendo que as unidades administrativas acima mencionadas foram efetivamente inseridas na lógica sistêmica do Império Colonial Espanhol, de modo que as economias de cada colônia foram organizadas de acordo com os interesses econômicos metropolitanos. Neste cenário, a Real Audiência de Quito tornou-se uma relevante provedora agropecuária e artesanal, fornecendo tecidos e alimentos ao Vice-Reino do Peru, no qual estava inserida¹⁰. A *encomienda*, por sua vez, foi suprimida posteriormente e se deu a implementação da *mita*, mecanismo de origem incaica que consistiu na obrigatoriedade do trabalho compulsório da mão de obra nativa por um determinado período de tempo em troca de um salário. Por conseguinte, esta tornou-se uma das bases da organização econômica, tendo ela sido implementada para diminuir os custos laborais (AYALA MORA, 2008; GARCÉS DÁVILA, 1992).

Por fim, a terceira fase do processo colonizador foi caracterizada pela progressiva crise dos domínios coloniais. Na região analisada não poderia ter sido diferente, pois o até então Vice-Reino do Peru sofreu uma cisão, dando origem ao Vice-Reino de Nova Granada ao norte. As atividades econômicas se mantiveram na mesma linha de especialização previamente aderida, sendo elas desempenhadas tanto por mão de obra indígena quanto africana. À vista disso, dois séculos de super-exploração dos nativos, a ocorrência de desastres naturais e surtos de enfermidades acarretaram na desestabilização do sistema de produção vigente e, por conseguinte, em uma retração econômica, desmonetização e recessão. Além destes condicionantes internos,

¹⁰ A Real Audiência de Quito possuía certa autonomia em relação ao Vice-Reino do Peru ao passo em que possuía funções administrativas, militares e políticas próprias sob jurisdição própria em determinado grau (GARCÉS DÁVILA, 1992).

também é necessário refletir sobre o papel desempenhado pela tendência industrializante proposta pela dinastia Bourbon na Espanha, que acarretou na imposição de limitações ao comércio têxtil colonial (AYALA MORA, 2008; PRADO, PELLEGRINO, 2014).

Figura 4 — Mapa de vice-reinos e capitanias na América espanhola no final do século XVIII



Fonte: Prado, Pellegrino (2014, p. 23).

Apesar disto, houve uma intensificação da exploração agrícola e consolidação do latifúndio como centro do sistema econômico equatoriano, gerado a partir da desapropriação ou compra forçada de terras pertencentes aos nativos. Trata-se, portanto, de um segundo pacto colonial: com a expansão das *haciendas* e a necessidade de pagamento dos tributos, a mão de obra nativa foi obrigada a trabalhar por mais tempo nos latifúndios, caracterizando a *consertaje*. Assim, o endividamento resultante desta relação desequilibrada diminuía drasticamente a possibilidade de desvinculação da mão de obra indígena do sistema de latifúndio. Além disso, as sucessivas mudanças burocráticas a nível das unidades administrativas também acarretaram em um cenário instável e de sucessivas mudanças (AYALA MORA, 2008; PRADO, PELLEGRINO, 2014).

Tendo em vista a contextualização acima realizada, a literatura equatoriana mobilizada indica que as inclinações à intensificação da autonomia foram gestadas principalmente levando

em consideração os interesses dos *criollos* elitizados, os quais haviam alcançado uma ampliação de poderes econômicos, mas não políticos. Além deste ponto, a agitação intelectual da época, motivada pelos processos de libertação latino-americanos em andamento, além da tomada da Coroa espanhola por Napoleão Bonaparte (1808), fortaleceram a reivindicação daquilo que seria americano e *quiteño*, assim como a demanda por um governo local independente. A partir disso, foi dado o pontapé inicial para a construção de uma identidade nacional¹¹ (AYALA MORA, 2008; RODRÍGUEZ ORDÓÑEZ, 2006).

O processo de libertação do domínio espanhol direto é complexo, se prolonga entre 1809 e 1822, ao passo em que houve um primeiro momento de autonomia, interrompido pela adoção do sistema constitucional hispânico e sucedido pela federação da Grã-Colômbia¹² e, por fim, que resultou na formação da República do Equador. Inicialmente, a desintegração monárquica espanhola acarretou no estabelecimento de juntas de governo na América, invocando o princípio do direito hispânico de que, na ausência do monarca, a soberania recairia sobre a população, levando as colônias a confrontarem os funcionários reais¹³, bem como os europeus residentes e aliados (RODRÍGUEZ ORDÓÑEZ, 2006).

Para além dos eventos específicos ocorridos neste período, em razão da temática proposta por este trabalho, torna-se mais relevante apresentar o papel dos sujeitos indígenas na configuração da independência. A literatura aponta que se tratou de um processo protagonizado pelos latifundiários e, por sua vez, pautado no projeto hegemônico de nação. Também é necessário pontuar que existiam tanto setores indígenas de tendências *insurgentes* quanto *realistas*, ou seja, revolucionários republicanos e apoiadores do sistema monárquico respectivamente, uma questão estudada na historiografia acerca das emancipações latino-americanas. No caso equatoriano, as condições materiais desempenharam um relevante papel, sendo consequências das atuações tanto de grupos que buscavam proteger seus modos ancestrais de vida ou daqueles que estavam inseridos em alianças interétnicas e demais associações. Desta maneira, não é possível generalizar as motivações e nem as práticas das

¹¹ É necessário comunicar que há um impasse acerca das interpretações do passado que envolve aquele espaço e os povos que ali viviam (FOOTE, 2010). Ademais, o presente trabalho não se aprofundará nas controvérsias bibliográficas ou críticas desenvolvidas no debate, ao passo em que isso foge da temática global proposta.

¹² A Grã Colômbia (1819-1831) foi um projeto nacional federativo criado pelas elites coloniais a partir das ideias de Simón Bolívar e, posteriormente a sua dissolução, tornaram-se Colômbia, Equador (porção continental) e Venezuela (RODRÍGUEZ ORDÓÑEZ, 2006).

¹³ A autoridade dos funcionários reais estava atrelada ao reconhecimento do novo regime espanhol, contudo muitos argumentaram que, por terem sido nomeados de modo legítimo, poderiam manter seus cargos. Os mesmos ainda almejavam o retorno de Fernando VII, da dinastia Bourbon, ao trono (RODRÍGUEZ ORDÓÑEZ, 2006).

participações dos povos originários em ambos os lados (AYALA MORA, 2008; SEVILLA NARANJO, 2016).

Trata-se, afinal, de grupos heterogêneos, que se processam assimetricamente e não de um todo indistinto e amalgamado, como a razão colonial nos ensina a concebê-los. Não podemos esquecer também que mesmo os movimentos revolucionários republicanos estavam organizados e pautados pela lógica de Estados Nacionais como a modernidade europeia os concebeu e que as formas de organização indígena não necessariamente eram permeáveis ou cabiam nessa lógica. O que nos ocorre aqui é que não necessariamente esses modelos em jogo fossem concebidos como operadores de grandes transformações para os povos indígenas do país.

Levando em conta os marcos coloniais brevemente apresentados acima, a subseção seguinte buscará contextualizar os eventos do século XX que estimularam a formação daquela que ficou conhecida como Revolução Cidadã e, por conseguinte, a adoção da Constituição de 2008, assim como contextualizar a formação articulada dos movimentos indígenas equatorianos, atores essenciais nas demandas em questão.

2.2 A CRISE DO ESTADO EQUATORIANO NO SÉCULO XX E A REVOLUÇÃO CIDADÃ

Como expressão da colonialidade e reflexo da configuração oligárquica¹⁴ decorrente dos processos históricos acima apresentados, as decisões econômicas estão intimamente ligadas aos interesses dos “donos do poder”¹⁵. Nesse cenário, a questão da dívida externa¹⁶ é central para entender a adoção do neoliberalismo via Consenso de Washington (1989), após a Crise da Dívida Externa latino-americana que assolou a região nos anos 1980 e resultou na chamada década perdida. Os antecedentes deste cenário compreendem a expansão da liquidez internacional na década de 1970, no cenário do primeiro choque do petróleo, causado pelo acúmulo de

¹⁴ Acosta (2006, p. 124) argumenta que: “(...) dentro do sistema capitalista não existe a contradição radical entre Estado e setor privado, que muitas vezes a mensagem neoliberal quer apresentar, na medida em que o primeiro, pela sua composição social, reflete a correlação das forças prevaletentes na sociedade.”

¹⁵ De modo geral, o modelo econômico equatoriano pode ser caracterizado pelos enfoques agro-exportador, com destaque para as culturas do cacau e da banana, e no setor petrolífero (ACOSTA, 2006).

¹⁶ Dívida externa consiste no somatório dos débitos do governo e dos setores público e privado acumulados por um país através da contração de empréstimos e financiamentos transacionados com residentes no exterior (SENADO FEDERAL, *s.d.*). Costa (2020) argumenta que o endividamento externo está entrelaçado à América Latina desde sua gênese, ao passo em que empréstimos externos foram contraídos no contexto das Independências e pela instrumentalização da mesma em políticas econômicas dos países da região posteriormente. Em razão disso, a dívida externa foi um fator determinante em múltiplas crises entre os séculos XIX e XX.

petrodólares e sua posterior transformação em crédito, o qual foi disponibilizado a juros baixos para os países de terceiro mundo. Na condição de produtor e exportador de petróleo, o Equador experienciou uma revitalização da sua participação no mercado mundial, pautada no aumento da receita exportadora de óleo cru, atraindo a atenção de investidores e do setor bancário estrangeiro (ACOSTA, 2006; COSTA, 2020). Nesse cenário, “entre 1970 e 1976 os investimentos estrangeiros superaram o montante do endividamento, situação que não voltaria a se repetir, devido ao endividamento agressivo contraído desde então.” (ACOSTA, 2006, p. 114).

Com o aumento da receita e o atingimento do apogeu da exploração petroleira em 1974, a proporção de empréstimos recebidos em relação aos períodos anteriores, aliado a um cenário de recessão nas economias desenvolvidas que implicou em um elevado volume de recursos financeiros sem aplicação no mercado mundial, acarretou em um aumento acentuado do endividamento do país. Assim, o valor da dívida externa aumentou aproximadamente 22 vezes no período 1971–1981, de 206,8 milhões a 5.868,2 bilhões de dólares na conclusão de ambos os anos, correspondendo a 16% e 42% do PIB respectivamente (ACOSTA, 2006). Vale também ressaltar, a partir das palavras do intelectual equatoriano Alberto Acosta, que:

Atuaram também um conjunto de fatores sustentados na ‘dissolução das relações não capitalistas no campo, sobretudo na Serra, a crise da atividade agroexportadora, o crescimento da indústria e o desenvolvimento das exportações de petróleo, [que] repercutiu em mudanças sociais significativas, na complexidade e expansão do papel do Estado, em um novo processo de urbanização e no surgimento de novos mecanismos de aprofundamento das desigualdades sociais e regionais’. (ACOSTA, 2006, p. 117).

O petróleo constituía cerca de 70% da pauta exportadora equatoriana no encerramento da década de 1970, demonstrando a profunda dependência do país em relação a esta commodity¹⁷. Contudo, a reversão do cenário nos anos 1980, caracterizada pela queda dos preços do produto e pela diminuição drástica dos fluxos de empréstimos externos, acarretou na exaustão desta via¹⁸ e,

¹⁷ Em paralelo, o processo de industrialização via substituição de exportações estava em curso e o crescimento do setor também estava atrelado ao cenário de dinamismo externo. A partir do momento em que houve uma retração do volume exportado de petróleo, a estruturação do modelo vigente entrou em colapso. As tentativas de industrialização do Equador iniciaram com a busca de um outro padrão de acumulação, a partir dos efeitos do ciclo da banana, ainda evidenciando os interesses das elites e dos novos grupos dominantes. Tal processo foi concebido tendo em vista o consumo das classes média e alta e não levou em consideração a necessidade de consolidação do mercado interno para a produção em massa (ACOSTA, 2006; LARREA, 1991).

¹⁸ Em termos numéricos, os preços do óleo cru Oriente evoluíram da seguinte forma no que tange à cotação por barril: USD 2,4 (1972), USD 35,2 (1980), USD 34,4 (1981), USD 32,5 (1982). A deterioração dos preços sustentou-se e, em 1986, a cotação encontrava-se na faixa inferior aos USD 9 (ACOSTA, 2006).

por conseguinte, na irrupção da Crise da Dívida em toda América Latina (ACOSTA, 2006; LARREA, 1991).

Parcela relevante do *boom* petrolífero foi vivida durante a segunda Ditadura Militar do país, chamada de Triunvirato Militar (1976–1979). Foi durante a crise econômica instaurada posteriormente que houve o retorno aos regimes civis e, a partir disso, a adoção das propostas econômicas pautadas em ajustes neoliberalizantes visando à estabilização e ao ajuste, naquilo que ficou conhecido como Consenso de Washington. De modo geral, os componentes base das medidas perpassaram a austeridade fiscal pareada com reforma tributária e privatizações das estatais; a liberalização econômica, comercial e financeira; assim como a flexibilização das relações trabalhistas em contraponto ao fortalecimento da garantia dos direitos de propriedade privada (ACOSTA, 2006; ORTIZ-T., 2011).

É nesta conjuntura que o movimento indígena equatoriano emerge, apesar de suas heterogeneidades, como ator social unificado em âmbito nacional. A história do movimento em si remonta às rebeliões em resistência à invasão espanhola e estende-se ao longo do período republicano, sendo caracterizada por esforços locais e descentralizados. Mais especificamente nas primeiras décadas do século XX, é possível rastrear o princípio de alguns processos particulares de integração de grupos indígenas provenientes de distintas regiões do Equador, contudo é na segunda metade que se percebe o avanço desse estilo de mobilização, em razão da contestação da invisibilização dos povos indígenas nos debates da época (LUCAS, 2000; ORTIZ-T., 2011; SÁNCHEZ, 2008). Sobre esta questão, é possível dizer que:

Para muitos políticos e analistas, a década de oitenta é considerada como a década perdida. Ao contrário, esta década, do ponto de vista dos nossos povos, constitui uma década ganha onde são incorporados nossa luta e o processo organizativo, conferindo uma nova reviravolta e energia à luta pelas reivindicações indígenas a nível regional e nacional.¹⁹ (VITERI, 2000 *apud* ORTIZ-T., 2011, p. 73, tradução nossa).

Trata-se de um dos primeiros movimentos que levantam a pauta étnica-cultural no cenário latino-americano, pleiteando a recuperação e reafirmação de suas identidades frente à elite dominante e à estrutura colonial do Estado-nação. Em 1986, há o surgimento da CONAIE, que consolida a união entre a Confederação de Povos da Nacionalidade Quíchua do Equador

¹⁹ Citação original: Para muchos políticos y analistas, la década del ochenta es considerada como la década perdida. Al contrario, precisamente esta década desde el punto de nuestros pueblos constituye una década ganada donde se incorpora con bastante fuerza nuestra lucha y el proceso organizativo, imprimiendo un nuevo giro y energía a la lucha por las reivindicaciones indígenas a nivel regional y nacional. (VITERI, 2000 *apud* ORTIZ-T., 2011, p. 73).

(ECUARUNARI), criada em 1972, e a Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Ecuatoriana (CONFENIAE), criada em 1980 — posteriormente, a Confederação de Nacionalidades e Povos Indígenas da Costa Equatoriana (CONAICE) também figurará dentre as três grandes organizações regionais (CONAIE, s.d; HIDALGO FLOR, 2005; ORTIZ-T., 2011).

Figura 5 — Levante de Inti Raymi (1990)



Fonte: *Agencia de Noticias Plurinacional del Ecuador – ANPE (1990) apud Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil – MST (2023).*

A partir desta articulação a nível nacional, pode-se dizer que o evento conhecido como o “Levante de Inti Raymi”²⁰ (1990) foi um divisor de águas para o nascente movimento. As mobilizações foram uma resposta à convocatória realizada pela CONAIE em sua IV Assembleia, realizada em Abril daquele ano, e foram iniciadas no final de Maio e intensificadas a partir de Junho. As principais reivindicações do grupo foram centralizadas em um documento denominado “*Mandato por la Defensa de la Vida y por los Derechos de las Nacionalidades Indígenas*”, constituído por 16 pontos que pautavam questões relacionadas ao acesso à terra, moradia, saúde, crédito, dentre outros (DE SOUZA, 2015; ORTIZ-T., 2011).

Cabe também destacar que:

²⁰ O Inti Raymi ou Festa do Sol representa a principal festividade da civilização incaica, a qual era realizada durante o solstício de inverno (em Junho) e representava o novo ano solar (DE SOUZA, 2015).

Os insurgentes não só questionavam as situações de penúria vividas pelos grupos populares do país, mas, especialmente, assumiam uma postura étnica de denúncia da situação enfrentada pelos distintos grupos indígenas, historicamente submetidos a uma situação de desrespeito e discriminação pelo poder público estatal e por segmentos conservadores da sociedade equatoriana. (DE SOUZA, 2015, p. 75-76).

Após a restauração do sistema democrático, em 1979, e em meio ao dinamismo social viabilizado pelas manifestações sociais do movimento indígena ao longo da década de 1990, houve a criação do *Movimiento Unidad Plurinacional Pachakutik-Nuevo País* como uma manifestação política do movimento que instrumentalizou a participação eleitoral indígena, ao passo em que houve uma maior abertura para a atuação de partidos de múltiplas frentes no âmbito eleitoral. Nesse cenário, foi possível garantir 8 posições no Congresso Nacional no mesmo ano, incluindo os dirigentes Luis Macas, da CONAIE, e Miguel Llucio, da província de Chimborazo (DE LA FUENTE, 2012; ORTIZ-T., 2011). Portanto, a reforma da própria noção de Estado, dadas as condições políticas e econômicas, demonstrava-se como uma estratégia necessária e incontornável. Além disso, a emergência do movimento indígena como ator social e político articulado nacionalmente reconfigurou o campo de disputa democrática no país. Não se tratava mais somente de discutir políticas no âmbito de um Estado dado, mas de disputar a própria noção de Estado e de seu aparato.

Adentrando o século XXI²¹, a conjuntura equatoriana, perpassada pelos legados e decisões explorados ao longo deste capítulo, urgia transformações. Neste cenário, a Revolução Cidadã foi articulada ao longo do período eleitoral (2006) e do mandato de Rafael Correa (2007-2017) na presidência equatoriana sob o *Movimiento PAIS*, que consistiu na coalizão política-eleitoral, e do *Alianza PAIS*, o partido em si. Correa ascendeu, no cenário de disputa presidencial, “(...) em um contexto de desgaste institucional e de forte mobilização social contrária às políticas neoliberais e às figuras tradicionais da política.”²² (MACAROFF, 2019, p. 296, tradução nossa). Sua trajetória

²¹ No que tange ao início do século XXI, durante o contexto de crise institucional prolongada no Equador e também de crise no movimento indígena em si, cabe mencionar que a candidatura do General Lucio Gutiérrez Borbúa avançou em razão das seguintes questões: (...) la existencia de una alianza mayor, la fragmentación del electorado, el apoyo de los movimientos y organizaciones indígenas y de una base con capacidad de movilización de sectores afectados por la crisis en el campo y las ciudades, y la alianza de centro izquierda (Partido Sociedad Patriótica/Movimiento Pachakutik/Movimiento Popular Democrático) con capacidad para competir en medio de un sistema partidista débil y desestructurado tras las sucesivas crisis. (ORTIZ-T., 2011, p. 84).

²² Citação original: “(...) en un contexto de desgaste institucional y de fuerte movilización social en contra de las políticas neoliberales y de las figuras tradicionales de la política.” (MACAROFF, 2019, p. 296).

como economista, professor universitário e, posteriormente, Ministro das Finanças²³ até então não transparecia ligações com as elites tradicionais do país (DE LA FUENTE, 2015; LALANDER; OSPINA PERALTA, 2012; MACAROFF, 2019).

No cenário latino-americano, a vontade constituinte foi experienciada “desde baixo”, ou seja, a partir das mobilizações sociais e políticas protagonizadas pelos grupos subalternizados na sociedade e seus aliados. Em contrapartida à percepção moderna que preconiza um Estado centralizado, dotado de território unificado e homogêneo, propõe-se expandir os horizontes rumo a novos modelos de institucionalidade, territorialidade, regime político e subjetividade. Trata-se, dessa maneira, de um constitucionalismo transformador, o qual abre caminho para alternativas como a plurinacionalidade, democracia intercultural, as autonomias assimétricas, dentre outras possibilidades (SANTOS, 2010).

Apesar de uma tentativa inicial de aliança entre Correa e o movimento indígena via CONAIE ter sido pretendida, esta ação não foi bem sucedida e, a partir de então, houve um afastamento entre estes atores, estabelecendo-se precedente para um caminho de confrontações. Em realidade, apesar de ter se eleito com um discurso antineoliberal e com uma imagem de abertura ao diálogo com os movimentos sociais e suas demandas, os projetos de governo e para o Estado de Correa foram constituídos sobre os fundamentos do próprio neoliberalismo, não levando em conta as mudanças radicais que sua campanha advogava (DE LA FUENTE, 2015; MACAROFF, 2019).

Após a vitória de Correa, em 2006, foi determinada a realização do referendo constitucional, realizado em 15 de Abril de 2007, uma das principais plataformas levantadas em sua campanha. Em termos da escrita do novo texto constitucional, a CONAIE manteve em vista o modelo plurinacional e suas demais implicações como uma de suas principais demandas, o que inclusive foi um ponto de atrito entre a Confederação e Correa, o qual almejava um modelo reforçado de Estado-nação voltado ao *desarrollismo* na prática (DE LA FUENTE, 2012, 2015; ORTIZ-T., 2011).

No processo constituinte, o impasse entre interesses influenciou na redação da Constituição de 2008. A CONAIE, a partir das contribuições de múltiplas organizações de base filiadas, redigiu uma proposta para os rumos da Assembleia Constituinte e os princípios que deveriam reger as discussões, assim como o documento final. Tratavam-se de propostas

²³ Correa permaneceu no cargo por apenas 4 meses durante o mandato do Presidente Alfredo Palacio (2005-2007) (MACAROFF, 2019).

firmemente pautadas na plurinacionalidade, na interculturalidade e na defesa dos direitos coletivos, econômicos, territoriais, assim como quanto aos deveres pertinentes aos cidadãos. Assim, foi mobilizado um caráter transformativo na constituição do Estado e seus entes, do próprio regime político e jurídico (DE LA FUENTE, 2012, 2015; CONAIE, 2007).

A plurinacionalidade deve ser enxergada de modo distinto dentro das experiências latino americanas, como base no Constitucionalismo aqui gestado. Ela não garante que haja independência de ação dentre as nacionalidades ou muito menos que não haja um processo de hierarquização priorizando certas nacionalidades. Dessa forma, é necessário refletir acerca de persistências de velhos dilemas nestas novas designações, apesar dos avanços obtidos na Constituição. Uma questão relevante à discussão acerca da transição para a plurinacionalidade é que, a partir da adoção de uma unidade plurinacional pautada no Estado, constituiu-se uma continuidade política da subalternização desses grupos em novas condições. Isso decorre do fato de que, apesar de não ser um tipo de organização desconhecida²⁴, trata-se de uma estrutura que é um instrumento da cultura dominante, e que reforçará o poder de governos regionais oligárquicos e do governo das majorias sem presença das minorias (SANTOS, 2010; TAPIA, 2007).

Como previsto pela nova Carta Magna, foram convocadas novas eleições após a Assembleia Constituinte de Montecristi. Correa, mais uma vez, aderiu à corrida presidencial e foi reeleito. No que tange às questões conjunturais que beneficiaram a reputação de Correa frente a seus antecessores, pode-se apontar que a rápida recuperação econômica do Estado e suas capacidades, dado à precificação favorável do petróleo na época, possibilitou a retomada dos investimentos públicos, de maneira a impactar nos serviços e na consecução de políticas públicas. Além disso, a redução da presença direta, no Executivo, de membros das elites econômicas equatorianas e de muitos que compunham ou possuíam ligações com Gabinetes prévios também teve certa contribuição. Todavia, outras estratégias foram utilizadas pelos grupos de poder para manter sua influência no governo e nas instâncias locais, o que, por sua vez, promoveu a inserção progressiva de elementos de suas agendas, os quais acabavam encontrando certo apoio. Desta maneira, apesar do discurso que defendia a um saída do neoliberalismo e a priorização das políticas de inclusão social, houve o aprofundamento do modelo histórico extrativista-exportador equatoriano e, por sua vez, o fortalecimento da dependência em relação à comercialização de *commodities* (MACAROFF, 2019).

²⁴ Tapia (2007) aponta que, para além da experiência com a centralização Estatal, existem experiências em âmbito regional de centralização na Bolívia.

3 OUTROS MUNDOS POSSÍVEIS: PERSPECTIVAS SOBRE O SUMAK KAWSAY E A INTERCULTURALIDADE

Este capítulo está dividido em duas subseções: a primeira apresentará alguns aspectos teóricos relacionados à interculturalidade e ao *Sumak Kawsay* equatoriano, de maneira a pautar suas contribuições no cenário contemporâneo e as possibilidades de imaginarmos outros modos de ser e viver no mundo; já a segunda irá explorar, através do recurso de análise documental, quais as perspectivas mobilizadas, à nível Estatal, destas duas categorias nos PNBVs selecionados.

3.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO SUMAK KAWSAY E DA INTERCULTURALIDADE

Segundo a perspectiva das epistemologias do Sul, ao passo em que conhecimentos acerca da interculturalidade e do *Sumak Kawsay* foram e são produzidos a partir de movimentos de resistência, os mesmos são materializados em corpos concretos, seja individualmente ou coletivamente. Tais conceitos opõem-se à lógica do sujeito racional concebida pelas epistemologias do Norte, a qual pressupõe também a separação completa entre sujeito e objeto e, por conseguinte, o isolamento da teoria em relação à empiria. O aporte teórico que será desenvolvido adiante leva em consideração a terminologia *Abya Yala*, que significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento na língua do povo Kuna e refere-se às Américas, principalmente as regiões Central e Sul, assim como ao Caribe. Apesar de existirem diferentes denominações nas línguas de povos originários, esta expressão vem sendo cada vez mais empregada com o objetivo de construir um sentimento de unidade e pertencimento, assim como representa um lugar de fala política e epistêmica de sujeitos subalternizados em um movimento de descolonização do pensamento (MIGNOLO; WALSH, 2018; PORTO-GONÇALVES, 2009; SANTOS, 2018).

Entende-se haver três principais usos sistematizados da percepção de Bem Viver como paradigma alternativo, gestados no contexto sul-americano a partir do fortalecimento da atuação de grupos indígenas na década de 1990, quais sejam: (g) genérico, (h) restrito e (i) substantivo. A primeira interpretação perpassa a esfera de críticas genéricas aos modelos convencionais vigentes

em matéria de desenvolvimento; a segunda encontra-se atrelada às críticas de tradição socialista, as quais pleiteiam uma perspectiva de desenvolvimento pós-capitalista, o qual não necessariamente questiona o crescimento econômico e trata do papel do Estado quanto à alocação dos recursos; já a interpretação substantiva tem em vista a crítica aos conceitos de desenvolvimento, considerando as bases epistemológicas nas quais tais perspectivas foram gestadas, de modo a pleitear que outras alternativas sejam construídas fora das categorias epistêmicas como as conhecemos. Trabalha-se, nesse cenário, com uma perspectiva de alternativas ao desenvolvimento, cuja reflexão coletiva “(...) demanda uma transformação teórica e prática das noções de desenvolvimento, modernidade e economia”²⁵ (ESCOBAR, 1992, p. 22, tradução nossa), a partir das experiências de movimentos sociais (GUDYNAS 2014, 2016).

Houve, por sua vez, uma cisão entre os intelectuais que promulgavam o Bem Viver como uma alternativa ao desenvolvimento e outros como uma nova teoria do desenvolvimento. Levando em conta o último entendimento, o *Buen Vivir* estaria atrelado aos fundamentos do desenvolvimento em si e seria uma oportunidade para revitalizar o capitalismo. Isso resultaria em um esvaziamento dos princípios basilares do *Sumak Kawsay*, que preconiza uma construção intercultural e solidária de novas lógicas para o funcionamento da vida em comunidade, construídas a partir das experiências de grupos subalternizados, promovendo uma reconfiguração de horizontes. Os caminhos para a transformação civilizatória preconizada pelos valores do Bem Viver, em seu sentido substantivo, estão intimamente ligados à coerência entre a realidade, o discurso e a prática. Nesse cenário, a implementação de tal ordenamento social dentro do atual sistema capitalista demonstra-se inviável, ao passo em que necessita da existência de uma relação harmoniosa e recíproca entre os seres humanos e não humanos (ACOSTA, 2017; CORTEZ, 2010 *apud* ACOSTA, 2017; GUDYNAS, 2016).

A interculturalidade consiste tanto em um projeto político, epistêmico e baseado nas vivências quanto em um instrumento da práxis decolonial, fundamental aos territórios marcados pela persistência de práticas e imaginários coloniais, como é o latino-americano. Por sua vez, ela surge como um "princípio ideológico e um componente central de (...) projetos de luta" (MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 57) e de projetos insurgentes ao oferecer aportes relevantes ao entendimento de processos e de caminhos possíveis de atuação e descolonização. Trata-se, portanto, de uma abordagem crítica pautada “na possibilidade de diálogo e transformação

²⁵ Citação original: “[To think about “alternatives to development thus] requires a theoretico-practical transformation of the notions of development, modernity and the economy” (ESCOBAR, 1992, p. 22).

dialógica a partir do encontro intercultural”, tomando as culturas como “plataformas vivas, dinâmicas e em constante reelaboração” (MARQUES, 2020, p. 100). Ademais, o encontro intercultural não se dá sem conflitos, ao passo em que as dinâmicas de poder e da colonialidade permeiam as relações dos sujeitos (MARQUES, 2020; MIGNOLO, WALSH, 2018; WALSH 2007 apud MARQUES, 2020).

Levando isso em consideração, no âmbito social, é relevante apontar que a interculturalidade possui papel mais do que relevante nos processos históricos relacionados à luta indígena equatoriana, tendo sido formulada e vivida não como abstração, mas como conceito que emerge das experiências do movimento indígena na década de 1990, sendo um princípio ideológico fundamental do movimento. Contudo, vale ressaltar que a interculturalidade não deve ser interpretada como um paradigma totalizante nem acabado. Ou seja, é necessário pensar na mesma como um espaço de diálogo, que está em constante construção e que perpassa as noções de ‘pensar, trabalhar e dialogar com’ em vez de ‘sobre’ alguém. Falar de tal intercâmbio implica em abordar também a questão da diferença, a qual não deve ser interpretada no vazio, já que esta percepção foi estruturada a partir de relações de poder erguidas no cenário latino-americano, com a hierarquização racial-cultural das sociedades existentes sob o domínio colonial e que se prolonga no tempo (WALSH, 2006, 2009; RIVERA, 2000 apud GARCÈS, 2009).

Se a construção de uma identidade nacional é um dos fundamentos do Estado-Nação moderno, no caso latino-americano, ela foi construída baseada em um processo de negação e de branqueamento da população. Desse modo, os processos de *mestizaje* e *cholificación* são essenciais para o entendimento das tentativas sustentadas de homogeneização das populações, pautado em uma lógica de hierarquização e dominação, algo que é perpetuado desde a Colônia até os dias atuais em relação às populações subalternizadas. Ao passo em que a identidade do sujeito é constituída no seio da sociedade, a mesma configura-se como uma construção histórica e, por isso, deve-se refletir sobre a natureza do poder, de forma que a mobilização da interculturalidade e sua aplicação em políticas públicas sejam frutíferas. Contudo, a evasão sistemática em relação a tal exercício epistêmico torna o manejo destas ideias, muitas vezes, discutível (QUIJANO, 2014; VICH, 2005).

Para além das relações sociais humanas, pautadas no diálogo intercultural, os Direitos da Natureza são abordados de modo horizontal para com os Humanos na percepção substantiva do

Buen Vivir. De acordo com as cosmovisões²⁶ andinas e amazônicas, todos os seres — humanos e não humanos — são perpassados por energia e, dessa maneira, são seres que possuem vida e se inter relacionam. Desse modo, os elementos que, na percepção ocidental, seriam interpretados como “inanimados” (montanhas, cursos d’água, sol, dentre outros), também desfrutam de um modo de vida intimamente interligado entre si e para com os demais seres. Entende-se, portanto, que somos parte de um todo, de maneiras distintas e complementares, e que há, aí, uma relação de interdependência. Portanto, para além dos intercâmbios materiais, deve-se também levar em consideração o âmbito espiritual e, portanto, o entendimento de que o estabelecimento de uma relação desarmoniosa entre os entes é capaz de gerar repercussões profundas no mundo que conhecemos (ACOSTA, 2017; KOWIL, 2018; PACARI, 2014).

Tendo isso em vista, como implementar as mudanças preconizadas pelo Bem Viver? Acosta (2017) afirma que “é necessário construir relações de produção, de intercâmbio e de cooperação que propiciem suficiência — mais que apenas eficiência — sustentada na solidariedade” (p. 27), levando em conta tanto a relevância do bem estar Humano e da Natureza, sendo que ambos estão inseridos em uma relação harmônica. Para além do combate à exploração da mão de obra e exaustão de recursos deve-se, portanto, levar em consideração o combate aos esquemas antropocêntricos vigentes nos modos de produção.

Como apontado por Ibáñez (2016), “a cidade elevou-se, no simbólico dominante, ao lugar privilegiado de distanciamento da Natureza, ao lugar da civilização, ao lugar do sucesso moderno, à materialização do progresso e do desenvolvimento” (p. 297). No entanto, o pensamento decolonial sugere que as cidades nas Américas se fundaram como espaços de ocupação sob a égide da colonização, a partir da despossessão das populações locais, e foram pensadas através de uma ótica de defesa, seja ela militar ou psicológica. A partir disso, forjou-se a noção do “outro” indígena, camponês e rural, assim como a naturalização da restrição da sua circulação e manifestação; também consolidavam-se as bases do poder simbólico da estrutura colonial, fundadas sobre desigualdades sociais, estratificação étnica e patriarcalismo. Nesse cenário, a ressignificação dos espaços urbanos no seio da percepção de Bem Viver é um passo necessário para que seja possível que este caminho seja pensado na conjuntura atual, na qual os

²⁶ Cosmovisão é “a elaboração humana que recupera as maneiras de ver, sentir e perceber a totalidade da realidade, isto é, os seres humanos, o conjunto da natureza e o cosmos” (CENTRO DE CULTURAS ORIGINARIAS KAWSAY, 2005, p. 14 *apud* ZENTENO BRUN, 2009, p. 84, tradução nossa).
Citação original: “La cosmovisión es la elaboración humana que recupera las maneras de ver, sentir y percibir la totalidad de la realidad, esto es los seres humanos, el conjunto de la naturaleza y el cosmos.”

espaços urbanos, em geral, concentram maior densidade populacional e a uma considerável parcela da atividade econômica (IBÁÑEZ, 2016; QUIJANO, 2000).

Logo, o *Sumak Kawsay* só poderá ser vivido, em sua totalidade, se mudanças profundas e radicais ocorrerem, a partir da construção coletiva e intercultural de novas formas de vida. Desse modo, entende-se contraproducente buscar a implementação parcial deste modelo, ao passo em que tais mudanças devem ultrapassar o nível discursivo e serem realmente vividas, levando em consideração tanto os Direitos Humanos quanto os da Natureza, já que a relação harmoniosa entre esses entes é social e proporciona o advento da Cultura Viva²⁷ (ACOSTA, 2017; TURINO, 2017).

3.2 O BEM VIVER E A INTERCULTURALIDADE SEGUNDO OS PNBVs 2009-2013 E 2013-2017: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

Com o intuito de dar prosseguimento à fase de exploração do material, a presente subseção apresentará tanto breves contextualizações dos PNBVs escolhidos quanto os caminhos adotados durante a investigação. A metodologia escolhida para tanto foi a análise documental, a qual pode ser caracterizada como um procedimento qualitativo sistemático que almeja revisar ou avaliar documentos, sejam eles textuais ou não (BOWEN, 2009). A partir dela, buscar-se-á compreender quais prioridades foram tomadas e como as percepções de interculturalidade e Bem Viver foram mobilizadas.

Antes de tudo, é necessário apresentar a fundamentação constitucional²⁸ para a conformação dos PNBVs, os quais estão previstos como *Plan Nacional de Desarrollo* (PND) no texto em questão. Este instrumento consiste no balizador do planejamento público, em termos de políticas, programas e projetos; assim perpassando a execução das funções do Estado central, de maneira a figurar no sistema nacional descentralizado de planejamento participativo²⁹. Ademais, os Planos estão atrelados à Função Executiva, ou seja, do Presidente ou da Presidenta da República, sendo ele responsável pela apresentação da proposta ao *Consejo Nacional de Planificación* (CNP) para aprovação, assim como pela apresentação anual do informe sobre o

²⁷ Cultura Viva é a fusão entre cultura e natureza, pautada na relação social entre os seres (TURINO, 2017).

²⁸ Para fins de informação e organização, os componentes específicos do texto que sejam diretamente relacionados à exposição estarão relacionados nas notas de rodapé, quais sejam: título, capítulo, artigo e inciso.

²⁹ Está definido no título VI, capítulo 2, artigos 279 e 280 (EQUADOR, 2008).

cumprimento até então e quais as prioridades do ano seguinte³⁰ (EQUADOR, 2008). Tais planos, portanto, consistem em uma das frentes de articulação do *Régimen del Buen Vivir* previsto na Carta Magna e devem, por sua vez, ser guiados pelos princípios de “universalidade, igualdade, equidade, progressividade, interculturalidade, solidariedade e não discriminação com base em critérios de qualidade, eficiência, eficácia, transparência, responsabilidade e participação.”³¹ (EQUADOR, 2008, p. 159, tradução nossa).

Figuras 6 e 7 — Capas dos PNBVs selecionados



Fonte: Senplades (2009, 2013).

Para fins metodológicos, o *corpus* de documentos escolhidos para análise são os PNBVs correspondentes aos períodos 2009–2013 e 2013–2017, pois foram construídos e estabelecidos no contexto pós-Constituição de 2008 e, hipoteticamente, deslocaram o enfoque anterior da noção de

³⁰ Está definido no título IV, capítulo 3, artigo 147, incisos 4 e 7 (EQUADOR, 2008).

³¹ Está definido no título VII, capítulo 1, artigo 340 (EQUADOR, 2008).

Citação original: “(...) por los principios de universalidad, igualdad, equidad, progresividad, interculturalidad, solidaridad y no discriminación; y funcionará bajo los criterios de calidad, eficiencia, eficacia, transparencia, responsabilidad y participación.” (EQUADOR, 2008, p. 159).

desenvolvimento para direcioná-lo ao regime de Bem Viver³², como previsto na Carta Magna. Ambos os Planos foram elaborados pela *Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo* (SENPLADES)³³, na condição de *Secretaría Técnica del Sistema Nacional Descentralizado de Planificación Participativa* (SNDPP) e foram apresentados por Rafael Correa para aprovação do CNP. O PNBV 2009-2013 foi aprovado em sessão, através da Resolução N° CNP-001-2009, em 05 de Novembro de 2009; já o PNBV 2013-2017 foi estipulado por meio da Resolução N° CNP-002-2013, em 24 de Junho de 2013 (SENPLADES, 2009; 2013).

Por serem documentos extensos, os índices dos PNBVs foram observados para que houvesse uma visualização geral do conteúdo abordado. Para efeitos de consulta, estes recursos foram inseridos no presente trabalho como anexos. Tendo em vista a escrita da subseção em questão, os PNBV acima listados podem ser denominados como PNBV 1 e 2 ou documento 1 e 2, respectivamente.

Tendo em vista as intenções da presente subseção, serão analisados os seguintes capítulos no documento 1: (j) *Presentación*; (k) *El proceso de construcción del Plan Nacional para el Buen Vivir*; (l) *Un Cambio de Paradigma: del Desarrollo al Buen Vivir*; e (m) *Objetivos nacionales para el Buen Vivir*. Já no documento 2, serão os seguintes: (n) *Presentación*; (o) *El Socialismo del Buen Vivir*; e (p) *Objetivos nacionales para el Buen Vivir*.

Os PNBVs são considerados atualizações de seus antecessores e, desta forma, é possível serem encontradas similaridades nos conteúdos tratados (SENPLADES, 2009; 2013). Vale ressaltar, mais uma vez, que o enfoque do presente trabalho não se encontra em avaliar as medidas de planejamento previstas e seus resultados, mas sim *compreender discursivamente* como a interculturalidade e o Bem Viver estão sendo mobilizados.

Começamos, então, pelo Documento 1. No fragmento (j) *Presentación*, assume-se que um dos principais desafios do PNBV consiste na consolidação da agenda alternativa para o Equador, a partir do que havia sido desenvolvido no seio da Revolução Cidadã, tendo em vista a materialização e radicalização dos projetos transformativos propostos para a construção do Estado plurinacional e intercultural, assim como o alcance do *Buen Vivir*. Fala-se aqui de

³² Existem outros documentos que, por escolha metodológica, não foram mobilizados no presente trabalho: o *Plan Nacional de Desarrollo* de 2007–2010 foi estabelecido no contexto pré-Constituição de 2008, o PNBV 2017–2021, o qual esteve sob escopo do governo de Lenín Moreno, sucessor de Correa; assim como o Plan de Creación de Oportunidades, correspondente ao período 2021–2025, que está na alçada do governo de Guillermo Lasso, de tendência conservadora.

³³ A SENPLADES foi criada mediante o Decreto Ejecutivo N° 1372 de 12 de Fevereiro de 2004 e, por sua vez, extinta via Decreto Ejecutivo N° 732 de 13 de Maio de 2019 (EQUADOR, 2007, 2019).

múltiplas revoluções, quais sejam: constitucional e democrática, ética, econômica, social e a revolução pela dignidade, soberania e integração latino-americana. Além disso, a ruptura conceitual com a percepção de desenvolvimento advinda do Consenso de Washington ou das perspectivas ortodoxas é tratada como um elemento essencial do Plano (SENPLADES, 2009). Deste modo, considera-se que:

O Bem Viver é, portanto, uma aposta de mudança que está sendo construída continuamente a partir destas reivindicações para reforçar uma visão mais ampla, que supere as estreitas margens quantitativas do economicismo, que permita a aplicação de um novo paradigma econômico cujo fim não se concentre nos processos de acumulação material, mecanicista e interminável de bens, mas sim que promova uma estratégia econômica inclusiva, sustentável e democrática.³⁴ (SENPLADES, 2009, p. 10, tradução nossa).

É possível observar que a conceitualização de Bem Viver mostra-se aparentemente, no momento de apresentação, amparada na *percepção substantiva* do princípio. Ao trazer consigo a interpretação de que o Bem Viver resulta da busca de modos alternativos de viver, construídos continuamente a partir das reivindicações frente ao modelo neoliberal e do diálogo entre os povos (culturas, saberes e modos de vida), o documento trata o seu modelo de aproximação à questão como uma ruptura conceitual em relação ao conceito de desenvolvimento e o modelo Estatal em questão, ou seja, uma mudança de paradigma a partir do planejamento (SENPLADES, 2009).

Dessa maneira, a estratégia de longo prazo do Plano consiste na concretização de um novo modelo de geração e redistribuição de riquezas em um período pós-petroleiro, a partir de 12 estratégias de transformação e dos 12 objetivos do PNBV. Tem-se, portanto, uma perspectiva integradora e embasada em direitos para as agendas setoriais no que tange às definições das estratégias e dos projetos no âmbito do Estado central. Além disso, leva-se em conta a percepção de que o planejamento público é pautado em um fluxo no qual o planejamento local — das províncias — alimenta o nacional, e vice versa; sendo a *Estrategia Territorial Nacional* considerada uma inovação do documento 1. Tal articulação, por sua vez, também envolveu a realização de *Talleres de Consulta Ciudadana* (Oficinas de Consulta Cidadã, em português) focadas na coordenação do PNBV nos âmbitos nacional e territorial, os quais foram realizados

³⁴ Citação original: El Buen Vivir, es por tanto, una apuesta de cambio que se construye continuamente desde esas reivindicaciones por reforzar una visión más amplia, que supere los estrechos márgenes cuantitativos del economicismo, que permita la aplicación de un nuevo paradigma económico cuyo fin no se concentre en los procesos de acumulación material, mecanicista e interminable de bienes, sino que promueva una estrategia económica incluyente, sustentable y democrática. (SENPLADES, 2009, p. 10).

via consulta a mais de 4000 representantes da sociedade, distribuídos em 85 mesas de trabalho (SENPLADES, 2009).

A seção (k) *El proceso de construcción del Plan Nacional para el Buen Vivir* do documento 1 descreve o processo de elaboração do PNBV, tendo em vista as disposições constitucionais que sustentam o processo de planejamento nacional equatoriano e que elementos orientaram a formulação do mesmo, assim como seus principais desafios:

A elaboração do Plano Nacional para o Bem Viver enfrentou quatro grandes desafios: articular o planejamento dentro do novo marco constitucional, reforçando o planejamento pelos Objetivos Nacionais para o Bem Viver; gerar processos de articulação e retroalimentação interestaduais que integram a gestão baseada em resultados; incorporar efetivamente o ordenamento territorial ao planejamento; e promover um processo de participação social³⁵ (SENPLADES, 2009, p. 17, tradução nossa).

Nesse sentido, evidencia-se que, através da denominação *Construyendo un Estado Plurinacional e Intercultural*, há uma mudança de paradigma norteador do desenvolvimento, sendo ele voltado ao Bem Viver e, por sua vez, um processo que depende da atenção à plurinacionalidade e ao diálogo intercultural. Para alcançar os objetivos de mudança de paradigma propostos, considera-se que a construção dos mecanismos de monitoramento e avaliação do Plano prevê tanto o uso de conhecimento de metas pautadas em indicadores quantitativos — formalizados, comparáveis e padronizados objetivamente — quanto a observância do conhecimento subjetivo e prático, o que, por sua vez, demanda os mecanismos de democratização do diálogo com os cidadãos, através das iniciativas de planejamento participativo para o *Buen Vivir*. Portanto, tanto o processo de construção quanto o de cumprimento do Plano é levado adiante, em teoria, por todos os níveis de governo e também demanda o compromisso por parte da sociedade civil (SENPLADES, 2009).

No que concerne ao planejamento participativo, foram estabelecidos princípios metodológicos para as *Oficinas de Consulta Ciudadã*, uma das possibilidades de planejamento participativo que foram levadas em consideração na elaboração da versão do PNBV em questão.

³⁵ Citação original: La elaboración del Plan Nacional para el Buen Vivir supuso enfrentar cuatro grandes desafíos: articular la planificación al nuevo marco constitucional, al reforzar la planificación por Objetivos Nacionales para el Buen Vivir; generar procesos de articulación y retroalimentación interestatal que integren la gestión por resultados; incorporar de manera efectiva a la planificación el ordenamiento territorial; e impulsar un proceso de participación social (SENPLADES, 2009, p. 17).

Tais princípios são: o diálogo de saberes, a valorização da experiência e da diversidade, a busca pelo consenso nas deliberações, progressão dos pensamentos fragmentados aos completos (planejamento territorial ao nacional), interpretações transversais e flexibilidade. Além disso, foram também estabelecidas as *veedurías ciudadanas*, mecanismo permanente de compilação das percepções dos cidadãos equatorianos acerca da implementação das políticas de modo a enriquecer a configuração da ação pública; bem como houve o estabelecimento do diálogo para com atores sociais e institucionais, sejam movimentos sociais, organizações, dentre outros (SENPLADES, 2009).

Quanto a (I) *Un Cambio de Paradigma: del Desarrollo al Buen Vivir*, trata-se de uma seção em que há um desenvolvimento mais aprofundado acerca da percepção de Bem Viver aplicada ao documento. Destarte, cabe aludir à seguinte mobilização:

Os povos indígenas andinos contribuem para este debate a partir de outras epistemologias e cosmovisões e nos propõem o *sumak kawsay*, a vida plena. A noção de desenvolvimento é inexistente na cosmovisão destes povos, pois o futuro está atrás, é aquilo que não olhamos nem conhecemos; enquanto o passado está à nossa frente, nós o vemos, o conhecemos, ele nos constitui e com ele caminhamos. Neste caminho, somos acompanhados por nossos ancestrais que se tornam um conosco, com a comunidade e com a natureza. Compartilhamos o "estar" junto com todos esses seres. Seres que têm vida e são parte de nós. O mundo acima, o mundo abaixo, o mundo afora e o mundo daqui estão conectados e fazem parte desta totalidade, dentro de uma perspectiva não linear do tempo em espiral.³⁶ (SENPLADES, 2009, p. 32, tradução nossa).

É assumido que o conceito dominante de desenvolvimento como resultado dos ideais ocidentais de modernização e do crescimento econômico quantitativo, calcados no extrativismo dos recursos naturais do Sul Global e nas relações desiguais de poder e acumulação entre Norte e Sul, entrou em crise. Reconhece-se que esta percepção de desenvolvimento, por sua vez, foi construída a partir de uma visão colonialista e padronizadora, ao passo em que propositalmente desconsidera e invisibiliza a experiência histórica dos múltiplos povos que constituem a sociedade e considera a existência de um modelo ideal ao qual se deve almejar.

³⁶ Citação original: Los pueblos indígenas andinos aportan a este debate desde otras epistemologías y cosmovisiones y nos plantean el *sumak kawsay*, la vida plena. La noción de desarrollo es inexistente en la cosmovisión de estos pueblos, pues el futuro está atrás, es aquello que no miramos, ni conocemos; mientras al pasado lo tenemos al frente, lo vemos, lo conocemos, nos constituye y con él caminamos. En este camino nos acompañan los ancestros que se hacen uno con nosotros, con la comunidad y con la naturaleza. Compartimos entonces el «estar» juntos con todos estos seres. Seres que tienen vida y son parte nuestra. El mundo de arriba, el mundo de abajo, el mundo de afuera y el mundo del aquí, se conectan y hacen parte de esta totalidad, dentro de una perspectiva espiral del tiempo no lineal. (SENPLADES, 2009, p. 32).

Tendo em vista estes pontos, admite-se que surgiram outras correntes teóricas acerca do desenvolvimento, como a do desenvolvimento humano e do sustentável, mas, mesmo assim, a percepção dominante de desenvolvimento se perpetua ao se transformar e ao “resistir” às críticas. Desta maneira, interpreta-se como necessário propostas alternativas desde o Sul, que permitam repensar as relações, sejam elas ambientais, sociais, econômicas, culturais, dentre outros: é neste contexto que o conceito de *Buen Vivir* é trazido à tona como uma possibilidade para o caso equatoriano à medida que busca a ampliação dos direitos e das potencialidades de todos os indivíduos e suas comunidades (SENPLADES, 2009).

A partir desta contextualização, são enumerados e desenvolvidos princípios basilares rumo ao *Buen Vivir*, quais sejam: (i) unidade na diversidade; (ii) vida em sociedade; (iii) igualdade, integração e coesão social; (iv) cumprimento de direitos universais e a potencialização das capacidades humanas; (v) relação harmônica com a natureza; (vi) convivência solidária, fraterna e cooperativa; (vii) trabalho e lazer libertadores; (viii) reconstrução do público; (ix) democracia representativa, participativa e deliberativa; (x) Estado democrático, pluralista e laico. Por sua vez, há também um enfoque na plurinacionalidade e na interculturalidade (SENPLADES, 2009).

Por efeitos comparativos, os objetivos nacionais de ambos os PNBV — elementos (m) e (p) — serão abordados mais adiante.

Com relação ao documento 2, por sua vez, no que tange ao componente (n) *Presentación*, é evidente que o enfoque no planejamento ocupará lugar ainda mais premente e é tomado como um elemento chave para a construção do *Buen Vivir*, ao passo em que se interpreta que o referido modelo não pode ser improvisado. A mobilização do mesmo, no documento em questão, parte da noção de Socialismo do Bem Viver, que foi exposto da seguinte maneira:

Ao contrário do que eles [neoliberais] sempre recomendaram (um estado mínimo), nós construímos um estado de planejamento e regulamentação. Os neoliberais mantiveram a obsessão pelos lucros econômicos, demos preferência à distribuição de recursos. Eles serviam cegamente ao livre mercado, nós concebemos um mercado regulado que nos serve sem nos oprimir. Para eles, o crescimento econômico (o crescimento dos números) era sua fixação mental, para nós o Bem Viver é vital. Os neoliberais acreditavam no livre comércio, nós nos inserimos de forma inteligente nos mercados globais. Eles exigiam que o poder político fosse concentrado em poucas mãos, nós impusemos o interesse do povo como norma suprema.

(...)

Como nosso princípio é o ser humano sobre o capital, agora nossa prioridade é o pagamento da dívida social e não da dívida externa. Canalizamos os recursos liberados para o investimento público mais importante da história: mais escolas, mais hospitais, mais estradas.³⁷ (SENPLADES, 2013, p. 15, tradução nossa).

Essa abordagem sugere fortemente a adesão ao *uso restrito*, com enfoque evidente à crítica ao modelo capitalista — exemplificado no uso reiterado da contraposição entre as medidas neoliberais e os efeitos da Revolução Cidadã em curso —, demonstrando uma percepção atrelada à critérios de medição precisa, transparente, periódica e de impacto no que concerne aos indicadores do plano. Para além disso, são perceptíveis as continuidades desta seção em relação a do seu predecessor, principalmente em relação ao movimento de consolidação das mudanças previamente difundidas (SENPLADES, 2013).

Em relação à (o) *El Socialismo del Buen Vivir*, no Documento 2, é perceptível a continuação das críticas ao modelo de desenvolvimento pautado no crescimento econômico já tecidas no documento anterior, atentando para as questões relacionadas à falha da distribuição equitativa e desigualdade social. Levando isso em consideração:

O objetivo do Socialismo do Bem Viver é defender e fortalecer a sociedade, o trabalho e a vida em todas as suas formas. O primeiro passo é sanar o acesso a bens, oportunidades e condições que garantam — ao indivíduo, ao coletivo e às gerações futuras — uma vida digna sem prejudicar a natureza. O Bem Viver é uma prática diária.

(...)

O Socialismo do Bem Viver se identifica com a consecução do bem comum e da felicidade individual, distanciados da acumulação e do consumo excessivos. Ele é alcançado através do aproveitamento máximo dos talentos e das capacidades pessoais e coletivas. É um espírito vigoroso que impulsiona o aprendizado e a superação. Está presente no amor, na amizade, na fraternidade, na solidariedade e na harmonia com a natureza.³⁸ (SENPLADES, 2013, p. 24, tradução nossa).

³⁷ Citação original: Al contrario de lo que ellos [neoliberales] siempre recomendaron (un Estado mínimo), nosotros hemos construido un Estado planificador y regulador. Los neoliberales mantuvieron la obsesión de las ganancias económicas, nosotros hemos dado preferencia a la distribución de los recursos. Ellos servían ciegamente al libre mercado, nosotros hemos hecho un mercado regulado que nos sirva sin oprimirnos. Para ellos, el crecimiento económico (el crecimiento de los números) era su fijación mental, para nosotros es vital el Buen Vivir. Los neoliberales creían en el libre comercio, nosotros nos hemos insertado en forma inteligente en los mercados globales. Ellos exigían que el poder político se concentre en pocas manos, nosotros hemos impuesto el interés del pueblo como suprema norma.

(...)

Como nuestro principio es el ser humano sobre el capital, ahora nuestra prioridad es el pago de la deuda social y no de la deuda externa. Hemos canalizado los recursos liberados hacia la inversión pública más importante de la historia: más escuelas, más hospitales, más carreteras. (SENPLADES, 2013, p. 15).

³⁸ Citação original: El fin del Socialismo del Buen Vivir es defender y fortalecer la sociedad, el trabajo y la vida en todas sus formas. El primer paso es resolver el acceso a bienes, oportunidades y condiciones que garanticen — al

Ao não associar o crescimento à melhora da qualidade de vida das populações, há a perpetuação do beneficiamento das camadas elitizadas e mais ricas da sociedade. Para além disso, um problema mais profundo é a falta de sustentabilidade global do modelo de expansão econômica em questão, extrativista e direcionado pela acumulação de capital. Apesar do *Buen Vivir* ainda ser interpretado como uma alternativa que busca promover a melhora da qualidade de vida e o respeito aos direitos das gerações presentes e futuras, o documento justifica que ele não significa a negação do desenvolvimento, mas sim que traz à tona uma percepção diferente acerca da economia, da política, das relações humanas e para com a natureza; e que o mesmo trata das problemáticas contemporâneas com responsabilidade histórica. Inclusive, é reconhecido que o debate em torno do *Sumak Kawsay* e das experiências dos movimentos sociais e demais atores políticos transpuseram as fronteiras e, por sua vez, incentivaram ainda mais as discussões e trouxeram novas contribuições intelectuais: trata-se, desta maneira, da permanente construção dos aportes ao *Buen Vivir* (SENPLADES, 2013).

Ao questionar o padrão hegemônico de acumulação e seus modos de produzir, crescer e distribuir, toma-se como prioridade uma sociedade na qual a vida seja suprema, em pleno exercício de direitos e liberdades a partir da participação popular na vida pública democrática, assim como o primado do trabalho sobre o capital. Neste cenário, o ponto central é a busca do bem comum e da felicidade individual, a qual respeite as múltiplas diversidades, sejam culturais, de crenças, étnicas, dentre outras; assim como o entendimento de que esta proposta política depende dos múltiplos povos e nacionalidades que constituem o Equador. Já os princípios e as orientações base para o alcance do Socialismo do Bem Viver foram os seguintes: (xi) sociedade radicalmente justa; (xii) sociedade com trabalho libertador e tempo criativo; (xiii) sociedade igualitária e equitativa; (xiv) sociedade de plenas capacidades, emancipação e autonomia; (xv) sociedade solidária; (xvi) sociedade corresponsável e propositiva; (xvii) sociedade em harmonia com a natureza; (xviii) primazia dos bens superiores; (xix) sociedade de excelência; (xx) sociedade pluralista, participativa e autodeterminada; (xxi) soberania e integração entre os povos;

individuo, a la colectividad y a las generaciones futuras — una vida digna sin perjudicar a la naturaleza. El Buen Vivir es una práctica diaria.

(...)

El Socialismo del Buen Vivir se identifica con la consecución del bien común y la felicidad individual, alejados de la acumulación y el consumo excesivos. Se obtiene con el máximo aprovechamiento de talentos y capacidades personales y colectivas. Es un espíritu vigoroso que impulsa el aprendizaje y la superación. Está presente en el amor, en la amistad, en la fraternidad, en la solidaridad y en la armonía con la naturaleza” (SENPLADES, 2013, p. 24).

(xxii) Estado democrático, plurinacional e laico; e (xxiii) fortalecimento da sociedade (SENPLADES, 2013).

Em ambos os documentos, há uma seção denominada *Objetivos nacionales para el Buen Vivir*, correspondentes aos componentes (m) e (p), os quais representam a materialização da lógica de planejamento a partir do estabelecimento de grandes objetivos perpassados por propostas setoriais e territoriais que almejam ao cumprimento de metas em relação ao marco constitucional. De maneira geral, é possível, através destes direcionamentos, perceber que prioridades foram tomadas como elementos norteadores da ação estatal e da sociedade civil em matéria de propósitos e intenções nacionais para alcançar o *Buen Vivir*.

Quadro 1 — Quadro comparativo dos *Objetivos nacionales para el Buen Vivir*

PNBV 2009-2013	PNBV 2013-2017
1. Promover a igualdade, a coesão e a integração social e territorial na diversidade;	1. Consolidar o estado democrático e a construção do poder popular;
2. Melhorar as capacidades e potencialidades da cidadania;	2. Promover a igualdade, coesão, inclusão e equidade social e territorial na diversidade;
3. Melhorar a qualidade de vida da população;	3. Melhorar a qualidade de vida da população;
4. Garantir os direitos da natureza e promover um ambiente saudável e sustentável;	4. Fortalecer as capacidades e potencialidades da cidadania;
5. Garantir a soberania e a paz, e impulsionar a inserção estratégica no mundo e a integração latino-americana;	5. Construir espaços de encontro comum e fortalecer a identidade nacional, as identidades diversas, a plurinacionalidade e a interculturalidade;
6. Garantir um trabalho estável, justo e digno em sua diversidade de formas;	6. Consolidar a transformação da justiça e fortalecer a segurança integral em estrito respeito aos direitos humanos;
7. Construir e fortalecer espaços públicos, interculturais e de encontro comum;	7. Garantir os direitos da natureza e promover a sustentabilidade ambiental territorial e global;
8. Afirmar e fortalecer a identidade nacional, as identidades diversas, a plurinacionalidade e a interculturalidade;	8. Consolidar o sistema econômico social e solidário de modo sustentável;
9. Garantir a vigência dos direitos e da justiça;	9. Garantir o trabalho digno em todas as suas formas;
10. Garantir o acesso à participação pública e política;	10. Promover a transformação da matriz produtiva;
11. Estabelecer um sistema econômico social, solidário e sustentável;	11. Garantir a soberania e a eficiência dos setores estratégicos para a transformação industrial e tecnológica;
12. Construir um Estado democrático para o Bem Viver.	12. Garantir a soberania e a paz, aprofundar a inserção estratégica no mundo e a integração latino-americana.

Fonte: Elaboração própria a partir de Senplades (2009, 2013).

Ao analisarmos o quadro comparativo, é perceptível que houve reordenações dos objetivos e, em alguns casos, uma determinada reescrita dos mesmos. Tal movimento foi intencional e está descrito na redação do PNBV 2, justificando-se que as alterações estão organizadas sob três eixos norteadores, quais sejam: (q) ‘mudança nas relações de poder para a construção do poder popular’, que contém o objetivo 1; (r) ‘direitos, liberdades e capacidades para o Bem Viver’, no qual os objetivos 2 ao 7 estão inseridos; e (s) ‘transformação econômica-produtiva a partir da modificação da matriz produtiva’, que compreende dos objetivos 8 ao 12. Por sua vez, os objetivos 10 e 11 foram incorporados ao PNBV 2, tendo em vista a aceleração da transformação estrutural do Equador para o alcance do Bem Viver (SENPLADES, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi exposto ao longo deste trabalho, buscou-se compreender as mobilizações das percepções de Bem Viver e diálogo intercultural no Equador durante o governo Correa (2007-2017), com o intuito de identificar como ocorreram a partir da análise documental do PNBV 1 e do PNBV 2. A partir deste problema de pesquisa, as hipóteses preliminares foram testadas.

Em relação à hipótese (a) — em consonância com o Regime de Bem Viver da Constituição e com as garantias do artigo 1º, o Equador vem implementando sustentadamente a interculturalidade e o Bem Viver como instrumentos de políticas públicas —, ela demonstra-se parcialmente verdadeira. Tanto a interculturalidade quanto o Bem Viver são mobilizados como elementos essenciais à construção e consecução de ambos os PNBVs, contudo, principalmente em relação à abordagem do *Buen Vivir*, não há a mesma aproximação em relação aos caminhos que levam à realização do mesmo. Neste cenário, levando em consideração tanto o conteúdo da análise documental quanto as contribuições teóricas da literatura pertinente ao tema, é possível constatar que houve uma progressiva “domesticação” (GUDYNAS, 2014) e “esvaziamento” (ACOSTA, 2017) da potência do conceito em prol de uma lógica ainda lastreada na estrutura e na lógica da Modernidade.

A diversidade e a possibilidade de partilha de diferentes propostas, através do constante diálogo intercultural e seus intercâmbios, traz à tona um dos elementos impulsionadores das potencialidades do Bem Viver. Dessa maneira, pensar o Bem Viver implica em ultrapassar os instrumentos tradicionais de análise; no que tange à elaboração de possíveis indicadores do mesmo, deveriam ser também diversos e flexíveis às realidades apontadas. Apesar dos elementos progressistas em matéria das questões previstas na Constituição de 2008, o Estado equatoriano ainda opera na lógica da racionalidade moderna e do padrão de acumulação capitalista como elemento econômico central, reproduzindo, dessa forma, a colonialidade. Como experiência, os avanços obtidos e as controvérsias do processo explicitam que se tratam de casos ainda sem conclusão, todavia isto não os isenta de problemáticas, que devem ser pensadas em seus tempos históricos. Afinal, mesmo que reconhecidamente plurinacional, tal Estado ainda é um instrumento de exercício de poder pautado nos interesses das altas elites e não necessariamente reflete a perspectiva dos sujeitos subalternizados (ACOSTA, 2017; DEL PRADO, 2016).

A mudança do repertório para o alcance do *Buen Vivir* de um documento para o outro é verificada através da atenuação dos pontos cuja aplicabilidade trazia uma construção discursiva mais radical no PNBV 1; o que, por sua vez, deve ser examinado em conjunto para com a continuidade da influência dos grupos oligárquicos no Gabinete governamental. Assim, o Bem Viver foi submetido a processos de ressignificação: tanto pela inclusão da percepção na Constituição equatoriana, que possui uma função no Estado moderno colonial e está intimamente atrelado às dinâmicas de poder daquele momento histórico; quanto pelo fato de que foi implementada em um plano de desenvolvimento, sofrendo uma tradução atrelada à linguagem e estrutura do mesmo, um movimento que remonta à logística neoliberal (LANG, 2019).

Já no que tange à hipótese (b) — Estados plurinacionais têm tido mais êxito em implementar ambas estas percepções em suas atuações, graças às contribuições dos movimentos indígenas —, seria necessário realizar um estudo de maior envergadura, levando em conta também a Bolívia, para determinar se a hipótese procede ou não. Mais uma vez, deve-se levar em conta a cisão no que tange à intensidade com que cada categorização conceitual é efetuada, o que demonstra, por outro lado, a articulação para com os interesses daqueles que ocupam as esferas de planejamento e governo. Outrossim, a avaliação da presente hipótese dependeria também, para além da análise dos Planos, da avaliação dos resultados divulgados³⁹, de análises de conjuntura voltadas às percepções dos grupos sociais acerca de tal implementação, bem como uma verificação mais aprofundada acerca da teoria e das experiências plurinacionais em vigor.

Por fim, a hipótese (c) — o movimento indígena organizado, na figura da CONAIE, representa um ator político essencial no tensionamento entre o *status quo* e as potencialidades da interculturalidade e do Bem Viver — demonstrou-se verdadeira. Como visto na contextualização histórica, as reivindicações históricas dos povos e nacionalidades indígenas e a atuação do movimento foram essenciais para a adoção de múltiplas percepções aos documentos examinados. Além disso, para além do que foi possível explorar nesta monografia, a CONAIE e os demais movimentos se engajam intensamente nas pautas relacionadas à interculturalidade e ao Bem Viver e vêm questionando de maneira reiterada as condutas governamentais, o que tem sido documentado em seus sítios eletrônicos e redes sociais.

Para além do recorte que foi adotado neste trabalho, cabe também mencionar questões em aberto e alguns possíveis rumos de pesquisa. A título de percurso metodológico, inicialmente,

³⁹ O histórico de resultados quantitativos acerca dos objetivos, indicadores e das metas dos PNBVs pode ser acessado em: <http://oportunidades.planificacion.gob.ec/Plan2125/historico/>.

previa-se a possibilidade de realizar a análise documental também em relação a um material da CONAIE, que era o *Proyecto Político* (2012), contudo optou-se por manter o recorte voltado aos PNBVs. Como expresso em seu preâmbulo, ele é considerado como uma ferramenta essencial dentro da CONAIE, ao passo em que representa o horizonte político almejado pela Confederação, ou seja, a construção do Estado plurinacional e intercultural. Aqui percebe-se a noção de construção conjunta desses dois horizontes, não estando apenas restrita ao presente e ao futuro, mas também levando em consideração as contribuições passadas, fortalecendo a ideia de continuidade histórica. O documento passou por atualizações, sendo a versão original datada de 1994, de modo a abordar tanto as questões perenes quanto as emergentes dado o cenário. De modo geral, é possível identificar itens voltados à interculturalidade e ao *Sumak Kawsay* dentre os princípios políticos e ideológicos. Já os eixos propostos como parte do Plano de Ação são espiritualidade; culturas e saberes; economia comunitária; e política plurinacional (CONAIE, 2012).

Dessa maneira, outras possibilidades de pesquisa encontram-se circunscritas na exploração das demais fontes primárias disponibilizadas tanto pela CONAIE quanto os demais movimentos, que utilizam-se dos recursos de comunicação digital para veicular informações relevantes sobre sua atuação. Além disso, as contribuições dos afro-equatorianos e suas organizações também oferecem uma frente necessária para a construção do *Buen Vivir*, de modo que a intersecção das atuações dos movimentos oferece um interessante caminho e reforçam o compromisso para com o diálogo intercultural.

Portanto, apesar de ser calcado nas experiências de povos andinos e amazônicos, o Bem Viver não se restringe apenas a estes espaços regionais ou aos campesinos. Isso decorre do caráter mutável e em constante construção das vivências, a partir das experiências de cada grupo. Da mesma maneira que não há as mesmas interpretações do que é o Bem Viver entre os múltiplos grupos indígenas de Abya Yala, elementos desta percepção também estão presentes em outros modelos alternativos pensados a partir de experiências de povos do Sul Global. Isso, contudo, não implica em uma relação direta de causa e efeito no que tange à elaboração de tais perspectivas, mas sim em uma percepção de que, mesmo com o legado da colonialidade, houve resistência de outros modos de pensar o mundo e a vida. Constitui-se, portanto, uma rede da qual se pode derivar alternativas e projetos políticos, sociais e econômicos que possam garantir uma vida plena

para os habitantes do planeta (ACOSTA, 2017; KOWII, 2018; CHUJI; RENGIFO; GUDYNAS, 2019).

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **Breve história econômica do Equador**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2006. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/301-Breve_Historia_Economica_do_Ecuador.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.
- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. 2a reimpressão. Brasil: Autonomia Literária, Editora Elefante, 2017. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Bemviver.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- AYALA MORA, Enrique. **Resumen de Historia del Ecuador**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar del Ecuador, 2008. 3a ed. Disponível em: <https://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/836/1/AYALAE-CON0001-RESUMEN.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2023.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- BARIÉ, Cletus Gregor. **Pueblos Indígenas y derechos constitucionales en América Latina: un panorama**. Bolívia: Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas (México), Banco Mundial Fideicomiso Noruego, Abya Yala, 2003. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/373011468196447687/pdf/104772-PUB-ADD-ISBN-PUBLIC-Bari%C3%A9-Pueblo-Indigenas-Constituciones-compl.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2023.
- BONETTO, María Susana. El Estado en la región. La conflictiva discusión de alternativas teóricas. In: REY, Mabel Thwaites (ed.). **El Estado en América Latina: Continuidades y Rupturas**. Santiago: Editorial Arcis, CLACSO, 2012. p. 117-138. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20121127121700/ElEstadoenAmericaLatina.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.
- BOWEN, Glenn A. Document Analysis as a Qualitative Research Method. **Qualitative Research Journal**, v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.3316/QRJ0902027/full/html>. Acesso em: 08 mar. 2023.
- CEDEÑO, Jenniffer et al. **Etnohistoria de los pueblos y nacionalidades originarias de Ecuador**. Quito: CARE Ecuador, FLACSO Ecuador, 2016. (Guía: Módulos de capacitación, Módulo 2). Disponível em: <https://www.care.org.ec/wp-content/uploads/2016/02/Modulo-2.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.
- CENTRO VIRTUAL CERVANTES. **Sebastián de Belalcázar**. 2023. Disponível em: https://cvc.cervantes.es/artes/ciudades_patrimonio/quito/personalidades/belalcazar.htm#:~:text=El%20conquistador%20espa%C3%B1ol%20Sebasti%C3%A1n%20Moyano,a%20popularizarse%20en%20id%C3%A9ntico%20grado. Acesso em: 17 mar. 2023.

CHUJI, Mónica; RENGIFO, Grimaldo; GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir. *In*: KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (eds.). **Pluriverse: A Post-Development Dictionary**. Nova Deli: Tulika Books, Authors Upfront, 2019. p. 111-114. Disponível em: <http://gudynas.com/wp-content/uploads/ChujiRengifoGudynasBuenVivir19.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2022.

CONFEDERACIÓN DE NACIONALIDADES INDÍGENAS DEL ECUADOR – CONAIE. **Quiénes somos**. Quito, *s.d.* Disponível em: <https://conaie.org/quienes-somos/>. Acesso em: 16 set. 2022.

CONFEDERACIÓN DE NACIONALIDADES INDÍGENAS DEL ECUADOR – CONAIE. **Propuesta de la CONAIE frente a la Asamblea Constituyente**. Quito: CONAIE, Unión Europea, Ayuda Popular Noruega (APN), Instituto de Estudios Ecuatorianos y Fundación Terre des Hommes Italia, 2007. Disponível em: <https://www.yachana.org/earchivo/conaie/ConaiePropuestaAsamblea.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.

CONFEDERACIÓN DE NACIONALIDADES INDÍGENAS DEL ECUADOR – CONAIE. **Proyecto Político para la Construcción del Estado Plurinacional**: Propuesta desde la visión de la CONAIE. Quito, 2012. Disponível em: <https://conaie.org/2015/07/21/proyecto-politico-conaie-2012/>. Acesso em: 11 set. 2022.

CONFEDERACIÓN DE NACIONALIDADES INDÍGENAS DEL ECUADOR – CONAIE. **La Conaie se pronuncia sobre el Censo Ecuador 2022**. Quito, 2022. Disponível em: <https://conaie.org/2022/11/09/la-conaie-se-pronuncia-sobre-el-censo-ecuador-2022/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

COSTA, André Galindo da. **A agenda da dívida externa no início do século XXI**: estudo dos casos da Argentina, Brasil e Equador. 2020. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-09092022-160814/en.php>. Acesso em: 15 set. 2022.

DE LA FUENTE, Jorge Resina. **La plurinacionalidad en disputa**: El pulso entre Correa y la CONAIE. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/27409492/>. Acesso em: 07 set. 2022.

DE LA FUENTE, Jorge Resina. **La transformación del Estado y el rol del movimiento indígena durante el Gobierno de Correa**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/27358161>. Acesso em: 07 set. 2022.

DEL PRADO, José Nuñez. Prólogo. *In*: FLORES, Pavel López; GUERREIRO, Luciana García (coords.). **Pueblos Originarios en lucha por las autonomías**: Experiencias y desafíos en América Latina. Buenos Aires e La Paz: El Colectivo, CLACSO, CIDES-UMSA, 2016. p. 13-20. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20161130052844/PueblosOriginarios.pdf>. Acesso em 12 set. 2022.

DE SOUSA, Adilson Amorim. **Movimento Indígena no Equador: a Conaie na conformação de um projeto de Estado (1980-2000)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18775>. Acesso em 1 ago. 2022.

ELLIOT, J. H. La conquista española y las colonias de América. *In*: BETHELL, Leslie (ed.) **Historia de América Latina: América Latina colonial, La América precolombina y la conquista**. Barcelona: Cambridge University Press, Editorial Crítica, 1990. p. 125-169.

EQUADOR. Adscripción del INEC a la Secretaría de Planificación, SENPLADES, de 03 de Agosto de 2007. Ecuador, 2007. Disponível em: <https://www.ecuadorencifras.gob.ec/wp-content/descargas/%20Informacion-Legal/Normas-de-Creacion/Decreto-Ejecutivo-de-Creacion/Decreto+Ejecutivo+No.+490-Adscripcion+del+INEC+a+SENPLADES.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

EQUADOR. **Constitución de la República del Ecuador (2008)**. Quito, 2008. Disponível em: https://www.asambleanacional.gob.ec/sites/default/files/documents/old/constitucion_de_bolsillo.pdf. Acesso em: 04 set. 2022.

EQUADOR. 732 Suprímase la Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo, de 13 de Maio de 2019. Quito, Ecuador, 2019. Disponível em: <https://www.gob.ec/regulaciones/732-suprimase-secretaria-nacional-planificacion-desarrollo>. Acesso em: 16 mar. 2023.

ESCOBAR, Arturo. Imagining a Post-Development Era? Critical Thought, Development and Social Movements. **Social Text**, Durham, v. 10, n. 2-3, p. 20-56, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/466217>. Acesso em: 07 set. 2022.

FOOTE, Nicola. Reinventing the Inca Past: The Kingdom of Quito, Atahualpa and the Creation of Ecuadorian National Identity. **Latin American and Caribbean Ethnic Studies**, v. 5, n. 2, p. 109–130, jul. 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17442221003787076>. Acesso em: 07 fev. 2023.

GARCÉS, Fernando. De la interculturalidad como armónica relación de diversos, a una interculturalidad politizada. *In*: VIAÑA, Jorge et al. **Interculturalidad Crítica y Descolonización: Fundamentos para el debate**. La Paz: III-CAB, 2009. Disponível em: http://www.enlazandoculturas.cicbata.org/sites/default/files/MAPEP/david_mora.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

GARCÉS DÁVILA, Alicia. La economía colonial y su impacto en las sociedades indígenas: el caso de la Gobernación de Quijos, siglos XVI-XVII. *In*: SANTOS GRANERO, Fernando (comp.). **Opresión Colonial y Resistencia Indígena en la Alta Amazonia**. Quito: FLACSO - Sede Ecuador, Abya-Yala, CEDIME, 1992. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/44372.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

GEOPORTAL. Mapas para la descarga: Mapa Político del Ecuador. 2009. Disponível em: <https://www.geoportaligm.gob.ec/portal/index.php/descargas/geoinformacion/>. Acesso em: 15 mar. 2023

GUDYNAS, Eduardo. Bem Viver. *In*: D'ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico; KALLIS, Giorgos (orgs.). **Decrecimiento**: Vocabulário para um novo mundo. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. Disponível em: <http://gudynas.com/wp-content/uploads/GudynasBuenVivirDescrecimientoBrasil.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2022.

GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: Sobre Secuestros, Domesticaciones, Rescates y Alternativas. *In*: FREIRE, Atawallpa Oviedo (org.). **Bifurcación del Buen Vivir y el Sumak Kawsay**. Quito: Ediciones Yachay, 2014. p. 23-45. Disponível em: <http://gudynas.com/wp-content/uploads/GudynasBuenVivirSecuestroRescateAlternativas2014.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2022.

HIDALGO FLOR, Francisco. Los movimientos indígenas y la lucha por la Hegemonía: el caso de Ecuador. *In*: DÁVALOS, Pablo (comp.). **Pueblos indígenas, estado y democracia**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101026123521/davalos.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

IBÁÑEZ, Mario Rodríguez. Resignificando a cidade colonial e extrativista: Bem Viver a partir de contextos urbanos. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.). **Descolonizar o imaginário**: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Autonomia Literária, Editora Elefante, 2016. p. 297-333. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/309285194>. Acesso em: 09 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC). La población indígena del Ecuador. 2006. Disponível em: https://www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/web-inec/Bibliotecas/Estudios/Estudios_Socio-demograficos/Poblacion_Indigena_del_Ecuador.pdf. Acesso em 02 fev. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC). **Evolución de las Variables Investigadas en los Censos de Población y Vivienda del Ecuador 1950, 1962, 1974, 1982, 1990, 2001 y 2010**. Quito, 2014. Disponível em: https://www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/web-inec/Publicaciones/Evolucion_variables_1950_2010_24_04_2014.pdf. Acesso em: 02 fev. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC). Censo Ecuador 2022: Cuenta Conmigo. 2022. Disponível em: <https://censoecuador.gob.ec/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC). Sítio eletrônico do INEC. 2023. Disponível em: <https://www.ecuadorencifras.gob.ec/estadisticas/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

INTERNATIONAL WORK GROUP FOR INDIGENOUS AFFAIRS – IWGIA. El Mundo Indígena 2022: Ecuador. 2022. Disponível em: <https://iwgia.org/es/ecuador/4786-mi-2022-ecuador.html#:~:text=Para%20la%20autoidentificaci%C3%B3n%20en%20el,%2C%20Z%C3%A1para%2C%20Andoa%20y%20Waorani>. Acesso em: 15 fev. 2023.

KOWII, Ariruma. El Sumak Kawsay. In: MOSQUERA, Gioconda Herrera (coord.). **Antología del pensamiento crítico ecuatoriano contemporáneo**. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 437-444. (Colección Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño). Disponible em: <https://doi.org/10.2307/j.ctvnp0jp6.18>. Acceso em: 03 ago. 2022.

LALANDER, Rickard; OSPINA PERALTA, Pablo Ospina. Movimiento indígena y revolución ciudadana en Ecuador. **Cuestiones Políticas**, v. 28. n° 48, p. 13 - 50, jan.-jun 2012. Disponible em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r30192.pdf>. Acceso em: 16 set. 2022.

LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntrico. In: LANDER, Edgardo (coord.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Disponible em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>. Acceso em: 12 abr. 2022.

LANG, Miriam. Plurinationality as a strategy: transforming local state institutions toward buen vivir. In: KLEIN, Elise; MORREO, Carlos Eduardo. **Postdevelopment in practice: Alternatives, Economies, Ontologies**. Oxon: Routledge, 2019. p. 176-189. Disponible em: <https://www.researchgate.net/publication/332195329>. Acceso em: 19 ago. 2022.

LARREA, Carlos. **Industria, estructura agraria y migraciones internas en el Ecuador: 1950-1982**. Quito: FLACSO Ecuador, 1991. Disponible em: <https://www.flacsoandes.edu.ec/node/63066>. Acceso em: 16 set. 2022.

LARREA, Carlos. Introducción: La noción amazónica del buen vivir y su relevancia como alternativa al concepto de desarrollo. In: LARREA, Carlos; GREENE, Natalia (org.). **Buen vivir como alternativa al desarrollo: una construcción interdisciplinaria y participativa**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2017. p. 2-11. Disponible em: <https://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/5964/1/Larrea,%20C.,%20Greene,%20N.-CON-029-Buen%20vivir.pdf>. Acceso em: 01 ago. 2022.

LEON C.; Jesenia; RAMÓN C, Guadalupe; MERO F. Marina. Análisis de los Planes Nacionales de Desarrollo para el Buen Vivir «Hacia Nuevos Derechos y Nuevas Respuestas». **Revista Espacios**, v. 38, n. 61, p. 6-17, 2017. Disponible em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n61/a17v38n61p06.pdf>. Acceso em: 29 set. 2022.

LUCAS, Kintto. **La Rebelión de los Indios**. 2a edição ampliada. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2000. Disponible em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/47822.pdf>. Acceso em: 17 set. 2022.

NATIVE LAND DIGITAL. The Land Live on You: An Education Guide by Native Land. Canadá, 2019. Disponible em: https://native-land.ca/wp-content/uploads/2019/03/teacher_guide_2019_final.pdf. Acceso em: 24 mar. 2023.

NATIVE LAND DIGITAL. Página inicial. Canadá, 2023. Disponible em: <https://native-land.ca/>. Acceso em: 24 mar. 2023.

MACAROFF, Anahí. Oligarquías renovadas: Los grupos de poder en el Ecuador y su accionar político ante los gobiernos progresistas, en el marco del capitalismo transnacional. *In*: GABBERT, Karin; LANG, Miriam (eds.). **¿Cómo se sostiene la vida en América Latina? Feminismos y re-existencias en tiempos de oscuridad**. Quito: Fundación Rosa Luxemburg, Ediciones Abya-Yala, 2019. p. 287-384. Disponível em: <https://www.rosalux.org.ec/pdfs/como-se-sostiene-la-vida-en-america-latina.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

MARQUES, Pâmela Marconatto. Multiculturalismo e tendências atuais da produção do conhecimento no campo de Direito. *In*: MARQUES, Pâmela Marconatto. **Metodologia da Pesquisa em Direito**: ensaios tempestivos. Porto Alegre: Editora Cirkula, 2020. p. 93-108.

MIGNOLO, Walter; WALSH, Catherine. **On Decoloniality**: concepts, analytics, praxis. Durham: Duke University Press, 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA DO BRASIL – MST. Há 23 anos, um levante indígena derrubou um presidente no Equador. 21 de Janeiro de 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/01/21/ha-23-anos-um-levante-indigena-derrubou-um-presidente-no-equador/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ORTIZ-T., Pablo. 20 años de movimiento indígena en Ecuador: Entre la protesta y la construcción de un estado plurinacional. *In*: BETANCUR J., Ana Cecilia (ed.). **Movimientos indígenas en América Latina**: Resistencia y nuevos modelos de integración. Copenhague: Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas (IWGIA), 2011. p. 68-105. Disponível em: <https://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/4007/1/Ortiz%2C%20P-CON006-20%20a%20a%20C3%20B1os.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

PACARI, Nina. Naturaleza y territorio desde la mirada de los pueblos indígenas. *In*: HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis; GUILLÉN GARCÍA, Alejandro; DELEG GUAZHA, Nancy (ed.). **Sumak Kawsay Yuyay**: Antología del pensamiento indigenista ecuatoriano sobre Sumak Kawsay. Huelva y Cuenca: CIM, PYDLOS, FIUCUHU, 2014. p. 129-132. Disponível em: <https://www.academia.edu/8539588/>. Acesso em: 19 ago. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Entre América e Abya Yala** – tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (coord.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Dispositio**, Ann Arbor, v. 24, n. 51, p. 137-148, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41491587>. Acesso em: 26 set. 2022.

RODRÍGUEZ ORDÓÑEZ, Jaime E. **La Revolución Política durante la Época de la Independencia**: El Reino de Quito, 1808-1822. Quito: Corporación Editora Nacional, Universidad Andina Simón Bolívar - Ecuador, 2006. Disponível em: <https://rodrigomorenog.files.wordpress.com/2014/01/rodre3adguez-la-revolucic3b3n-polc3adtica-durante-la-c3a9poca-de-la-independencia-el-reino-de-quito.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023.

SALOMON, Frank. **Los Señores Étnicos de Quito en la Época de los Incas**. Otavalo: Instituto Otavaleño de Antropología, 1980. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/9877-opac>. Acesso em: 25 fev. 2023.

SÁNCHEZ, Francisco. **¿Democracia no lograda o democracia malograda?: un análisis del sistema político del Ecuador: 1979-2002**. Quito: FLACSO Sede Ecuador; Instituto Interuniversitario de Iberoamérica; Universidad de Salamanca, 2008. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/110109-opac>. Acesso em: 12 set. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina**: Perspectivas desde una epistemología del Sur. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, Programa Democracia y Transformación Global, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **The End of the Cognitive Empire**: The Coming of Age of Epistemologies of the South. Durham: Duke University Press, 2018.

SECRETARÍA NACIONAL DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO – SENPLADES. **Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013**. Quito, 2009. Disponível em: <https://educacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/03/PNBV.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

SECRETARÍA NACIONAL DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO – SENPLADES. **Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017**. Quito, 2013. Disponível em: <https://observatorioplanificacion.cepal.org/sites/default/files/plan/files/Ecuador%20Plan%20Nacional%20del%20Buen%20Vivir.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

SENADO FEDERAL – SF. Dívida Externa. Brasília, DF, *s.d.* Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/divida-externa#:~:text=Somat%C3%B3rio%20dos%20d%C3%A9bitos%20de%20um,estatais%20e%20em%20empresas%20privadas>. Acesso em: 15 set. 2022.

SEVILLA NARANJO, Alexandra. “Al mejor servicio del rey”. Indígenas realistas en la contrarrevolución quiteña, 1809-1814. *Procesos*: Revista Ecuatoriana de Historia, n. 43, p. 93-118, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://repositorio.uasb.edu.ec/handle/10644/5230>. Acesso em: 07 mar. 2023.

SOLANO, Pedro; OCHOA, Belisario; GALLEGOS E., Raquel. Antropología cultural e historia de los pueblos andinos. Ecuador: UNICEF, DINEIB, Universidad de Cuenca, 2007. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/140591-opac>. Acesso em: 14 fev. 2023.

TAPIA, Luis. Una reflexión sobre la idea de Estado plurinacional. **OSAL**, Buenos Aires, ano VIII, n. 22, p. 47-63 set. 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/D22Tapia.pdf>. Acesso em 12 set. 2022.

THE WORLD BANK. Superficie (kilómetros cuadrados) - Ecuador. 2020. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/AG.SRF.TOTL.K2?locations=EC>. Acesso em: 16 mar. 2023.

TURINO, Célio. Prefácio à edição brasileira. *In*: ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. 2a reimpressão. Brasil: Autonomia Literária, Editora Elefante, 2017. p. 13-16. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Bemviver.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

VICH, Víctor. Las políticas culturales en debate: lo intercultural, lo subalterno y la dimensión universalista. *In*: VICH, Víctor (comp.). **El Estado está de vuelta: desigualdad, diversidad y democracia**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2005. p. 265-278. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Peru/iep/20150116053823/vich.pdf>. Acesso em 10 set. 2022.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. *In*: WALSH, Catherine; MIGNOLO, Walter; LINERA, Álvaro García. **Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento**. 1ª ed. Argentina: Ediciones del Signo, 2006. Disponível em: https://monoskop.org/images/c/ce/Walsh_Mignolo_Garcia_Linera_Interculturalidad_descolonizacion_del_Estado_y_del_conocimiento_2006.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/35011983>. Acesso em: 21 jun. 2022.

ZENTENO BRUN, Hugo. Acercamiento a la visión cósmica del mundo Andino. **Punto Cero**, Cochabamba, v. 14, n. 18, p. 83-89, 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1815-02762009000100010&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 07 set. 2022.

ANEXO A – ÍNDICE DO PNBV 2009-2013

Índice

Presentación	9
1. El proceso de construcción del Plan Nacional para el Buen Vivir	17
1.1. Disposiciones constitucionales sobre la planificación nacional	17
1.2. Elementos orientadores para la formulación del Plan	17
1.3. Planificación participativa para el Buen Vivir	20
1.4. Logros y alcances del proceso	23
2. Orientaciones éticas y programáticas	27
2.1. Orientaciones éticas	27
2.2. Orientaciones programáticas	28
3. Un cambio de paradigma: del desarrollo al Buen Vivir	31
3.1. Aproximaciones al concepto de Buen Vivir	32
3.2. Principios para el Buen Vivir	33
3.2.1. Hacia la unidad en la diversidad	34
3.2.2. Hacia un ser humano que desea vivir en sociedad	36
3.2.3. Hacia la igualdad, la integración y la cohesión social	37
3.2.4. Hacia el cumplimiento de derechos universales y la potenciación de las capacidades humanas	38
3.2.5. Hacia una relación armónica con la naturaleza	38
3.2.6. Hacia una convivencia solidaria, fraterna y cooperativa	39
3.2.7. Hacia un trabajo y un ocio liberadores	39
3.2.8. Hacia la reconstrucción de lo público	40
3.2.9. Hacia una democracia representativa, participativa y deliberativa	41
3.2.10. Hacia un Estado democrático, pluralista y laico	42
3.3. El Buen Vivir en la Constitución del Ecuador	43
3.4. Construyendo un Estado plurinacional e intercultural	45
4. Diagnóstico crítico: 3 décadas de neoliberalismo, 31 meses de Revolución Ciudadana	49
4.1. ¿Por qué el Ecuador del nuevo milenio necesitaba un cambio?	49
4.1.1. Antecedentes de un pacto social excluyente	49
4.1.2. El desmantelamiento del concepto de desarrollo	52
4.1.3. Neoliberalismo y crisis del pensamiento económico	54
4.1.4. Desarrollismo, ajuste estructural y dolarización en el Ecuador	55
4.1.5. La apertura comercial: ¿se democratizó la economía?	68
4.1.6. Un balance global de la política neoliberal	72
4.1.7. Los desafíos actuales del Ecuador frente a la crisis mundial	77
4.1.8. Tendencias demográficas	78
4.2. 31 meses de Revolución Ciudadana	80
4.2.1. El cambio político: hacia el quiebre democrático de la dominación oligárquica	80
4.2.2. Perspectivas «posneoliberales»	82
4.2.3. Sentidos y avances de la nueva acción pública: la Constitución como horizonte	84
5. Hacia un nuevo modo de generación de riqueza y (re)distribución para el Buen Vivir	91
5.1. Hacia un nuevo pacto de convivencia y una nueva estrategia endógena de generación de riqueza	91



5.2.	Construyendo un nuevo modo de acumulación y (re)distribución para el Buen Vivir . . .	93
5.3.	Fases de la nueva estrategia de acumulación y (re)distribución en el largo plazo	94
6.	Estrategias para el período 2009-2013	101
6.1.	Democratización de los medios de producción, (re)distribución de la riqueza y diversificación de las formas de propiedad y organización.	101
6.2.	Transformación del patrón de especialización de la economía, a través de la sustitución selectiva de importaciones para el Buen Vivir	103
6.3.	Aumento de la productividad real y diversificación de las exportaciones, exportadores y destinos mundiales.	105
6.4.	Inserción estratégica y soberana en el mundo e integración latinoamericana	108
6.5.	Transformación de la educación superior y transferencia de conocimiento a través de ciencia, tecnología e innovación.	110
6.6.	Conectividad y telecomunicaciones para la sociedad de la información y el conocimiento	111
6.7.	Cambio de la matriz energética	114
6.8.	Inversión para el Buen Vivir en el marco de una macroeconomía sostenible	115
6.9.	Inclusión, protección social solidaria y garantía de derechos en el marco del Estado constitucional de derechos y justicia	119
6.10.	Sostenibilidad, conservación, conocimiento del patrimonio natural y fomento del turismo comunitario	124
6.11.	Desarrollo y ordenamiento territorial, desconcentración y descentralización	125
6.12.	Poder ciudadano y protagonismo social.	131
7.	Objetivos nacionales para el Buen Vivir	
	Objetivo 1: Auspiciar la igualdad, cohesión e integración social y territorial en la diversidad	137
	1. Fundamento	137
	2. Diagnóstico	138
	3. Políticas y lineamientos	145
	4. Metas.	151
	Objetivo 2: Mejorar las capacidades y potencialidades de la ciudadanía	161
	1. Fundamento	161
	2. Diagnóstico	162
	3. Políticas y lineamientos	171
	4. Metas.	174
	Objetivo 3: Mejorar la calidad de vida de la población	189
	1. Fundamento	189
	2. Diagnóstico	190
	3. Políticas y lineamientos	202
	4. Metas.	206
	Objetivo 4: Garantizar los derechos de la naturaleza y promover un ambiente sano y sustentable	217
	1. Fundamento	217
	2. Diagnóstico	218
	3. Políticas y lineamientos	231
	4. Metas.	235
	Objetivo 5: Garantizar la soberanía y la paz, e impulsar la inserción estratégica en el mundo y la integración Latinoamericana	243
	1. Fundamento	243
	2. Diagnóstico	244
	3. Políticas y lineamientos	261
	4. Metas.	264

Objetivo 6:	Garantizar el trabajo estable, justo y digno en su diversidad de formas	271
	1. Fundamento	271
	2. Diagnóstico	272
	3. Políticas y lineamientos	277
	4. Metas	279
Objetivo 7:	Construir y fortalecer espacios públicos, interculturales y de encuentro común	285
	1. Fundamento	285
	2. Diagnóstico	286
	3. Políticas y lineamientos	291
	4. Metas	294
Objetivo 8:	Afirmar y fortalecer la identidad nacional, las identidades diversas, la plurinacionalidad y la interculturalidad	297
	1. Fundamento	297
	2. Diagnóstico	298
	3. Políticas y lineamientos	300
	4. Metas	301
Objetivo 9:	Garantizar la vigencia de los derechos y la justicia	303
	1. Fundamento	303
	2. Diagnóstico	304
	3. Políticas y lineamientos	309
	4. Metas	311
Objetivo 10:	Garantizar el acceso a la participación pública y política	315
	1. Fundamento	315
	2. Diagnóstico	316
	3. Políticas y lineamientos	323
	4. Metas	326
Objetivo 11:	Establecer un sistema económico social, solidario y sostenible	329
	1. Fundamento	329
	2. Diagnóstico	330
	3. Políticas y lineamientos	335
	4. Metas	340
Objetivo 12:	Construir un Estado democrático para el Buen Vivir	353
	1. Fundamento	353
	2. Diagnóstico	354
	3. Políticas y lineamientos	362
	4. Metas	364
8.	Estrategia territorial Nacional	371
	8.1. Un nuevo modelo territorial para alcanzar el Buen Vivir	371
	8.2. Configuración del territorio ecuatoriano a lo largo de la historia	373
	8.2.1. El modelo territorial republicano	373
	8.2.2. El espacio geográfico ecuatoriano	375
	8.2.3. Hacia la reconfiguración del territorio nacional	376
	8.3. Propiciar y fortalecer una estructura nacional policéntrica, articulada y complementaria de asentamientos humanos	378
	8.3.1. Garantía de derechos y prestación de servicios básicos	380
	8.3.2. Productividad, diversificación productiva y generación de valor agregado de los territorios	381
	8.4. Impulsar el Buen Vivir en los territorios rurales y la soberanía alimentaria	382
	8.4.1. El contexto territorial básico de sustento al desarrollo rural	382
	8.4.2. La diversificación de la producción agroalimentaria: soberana, sana, eficiente	382



8.5.	Jerarquizar y hacer eficiente la infraestructura de movilidad, energía y conectividad.	383
8.5.1.	Movilidad: eje vertebral y enlaces horizontales	383
8.5.2.	Generación, transmisión y distribución de energía	385
8.5.3.	Conectividad y telecomunicaciones	385
8.6.	Garantizar la sustentabilidad del patrimonio natural mediante el uso racional y responsable de los recursos naturales renovables y no renovables.	386
8.6.1.	Biodiversidad terrestre y marina	387
8.6.2.	Gestión de cuencas hidrográficas y recursos hídricos	389
8.6.3.	Recursos naturales no renovables	390
8.6.4.	Gestión integral y reducción de riesgos.	391
8.7.	Potenciar la diversidad y el patrimonio cultural	392
8.7.1.	Los pueblos y nacionalidades del Ecuador.	393
8.7.2.	Patrimonio cultural y turismo	394
8.7.3.	Fortalecimiento del tejido social	395
8.8.	Fomentar la inserción estratégica y soberana en el mundo y la integración latinoamericana	396
8.8.1.	Integración latinoamericana	396
8.8.2.	Inserción en el mundo.	397
8.9.	Consolidar un modelo de gestión descentralizado y desconcentrado, con capacidad de planificación y gestión territorial	398
8.9.1.	Descentralización y desconcentración.	399
8.9.2.	Capacidades de gestión y planificación territorial	399
8.10.	Orientaciones para la planificación territorial	400
8.10.1.	Las agendas zonales	400
8.10.2.	La planificación del desarrollo y del ordenamiento territorial	402
9.	Criterios para la planificación y priorización de la inversión pública.	405
9.1.	Satisfacción de las necesidades básicas para la generación de capacidades y oportunidades	405
9.2.	Acumulación de capital en sectores productivos generadores de valor	406
9.3.	Metodología de priorización de la inversión pública	407
10.	Bibliografía.	408
11.	Siglas	414
	ANEXOS	419
	Índice de cuadros.	509
	Índice de figuras.	510
	Índice de gráficos.	511
	Índice de mapas	516

Fonte: SECRETARÍA NACIONAL DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO – SENPLADES. **Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013**. Quito, 2009. Disponível em: <https://educacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/03/PNBV.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

ANEXO B – ÍNDICE DO PNBV 2013-2017

ÍNDICE

1. Presentación	13
2. El Socialismo del Buen Vivir	22
2.1. Una idea movilizadora	23
2.2. Principios y orientaciones	24
2.3. Hacia una nueva métrica	28
3. La planificación nacional	31
3.1. Disposiciones constitucionales	32
3.2. Planificación descentralizada y participativa	34
3.3. Bases metodológicas	35
3.4. Ciudadanía activa	36
4. Con Ecuador por el mundo	41
4.1. La crisis internacional	42
4.1.1. Caracterización	42
4.1.2. El caso europeo	43
4.1.3. Implicaciones para el país y el continente	44
4.1.4. El nuevo regionalismo latinoamericano	44
4.2. El retorno del Estado	46
4.3. Lucha electoral y cambios en las relaciones de poder	47
4.3.1. La emergencia del poder ciudadano	47
4.3.2. El proceso constituyente	49
4.3.3. Consolidación de la Revolución Ciudadana	49
4.3.4. Un nuevo periodo con respaldo popular	51
4.4. La autonomía del Estado	52
4.5. La nueva agenda pública	55
5. Planificamos el futuro	61
5.1. Estrategia de acumulación, distribución y redistribución en el largo plazo	63
5.1.1. Cierre de Brechas	64
5.1.2. Tecnología, innovación y conocimiento	67
5.1.3. Sustentabilidad ambiental	69
5.1.4. Matriz productiva y sectores estratégicos	73
6. Objetivos nacionales para el Buen Vivir	79
Objetivo 1. Consolidar el Estado democrático y la construcción del poder popular	85
Diagnóstico	87
Políticas y lineamientos estratégicos	98
Metas	105
Objetivo 2. Auspiciar la igualdad, la cohesión, la inclusión y la equidad social y territorial, en la diversidad	111
Diagnóstico	112
Políticas y lineamientos estratégicos	121
Metas	130
Objetivo 3. Mejorar la calidad de vida de la población	135
Diagnóstico	137

Políticas y lineamientos estratégicos	144
Metas	152
Objetivo 4. Fortalecer las capacidades y potencialidades de la ciudadanía	159
Diagnóstico	161
Políticas y lineamientos estratégicos	168
Metas	175
Objetivo 5. Construir espacios de encuentro común y fortalecer la identidad nacional, las identidades diversas, la plurinacionalidad y la interculturalidad	181
Diagnóstico	183
Políticas y lineamientos estratégicos	189
Metas	195
Objetivo 6. Consolidar la transformación de la justicia y fortalecer la seguridad integral, en estricto respeto a los derechos humanos	199
Diagnóstico	200
Políticas y lineamientos estratégicos	209
Metas	213
Objetivo 7. Garantizar los derechos de la naturaleza y promover la sostenibilidad ambiental territorial y global	221
Diagnóstico	222
Políticas y lineamientos estratégicos	233
Metas	242
Objetivo 8. Consolidar el sistema económico social y solidario, de forma sostenible	247
Diagnóstico	249
Políticas y lineamientos estratégicos	264
Metas	269
Objetivo 9. Garantizar el trabajo digno en todas sus formas	273
Diagnóstico	275
Políticas y lineamientos estratégicos	282
Metas	286
Objetivo 10. Impulsar la transformación de la matriz productiva	291
Diagnóstico	294
Políticas y lineamientos estratégicos	300
Metas	306
Objetivo 11. Asegurar la soberanía y eficiencia de los sectores estratégicos para la transformación industrial y tecnológica	313
Diagnóstico	314
Políticas y lineamientos estratégicos	322
Metas	327
Objetivo 12. Garantizar la soberanía y la paz, profundizar la inserción estratégica en el mundo y la integración latinoamericana	333
Diagnóstico	335
Políticas y lineamientos estratégicos	345
Metas	349
7. Estrategia Territorial Nacional	353
7.1. Introducción	354
7.2. Justificación	354
7.3. Metodología	355

7.4. Síntesis del modelo territorial	358
7.5. El Estado en el territorio	380
7.6. Gestión de la implementación	381
7.7. Agendas zonales	382
8. Lineamientos para la inversión de los recursos públicos y la regulación económica	413
8.1. Lineamientos de inversión pública	414
8.2. Empresas Públicas	422
8.3. Instituciones financieras públicas	423
8.4. Eficiencia pública de los gobiernos autónomos descentralizados	425
8.5. Lineamientos de regulación económica	426
9. Plan Plurianual de Inversión Pública 2013-2017	433
9.1. Antecedentes	434
9.2. Resultados obtenidos	435
10. Siglas y acrónimos	440
11. Bibliografía	447
12. Anexos	469
12.1. Matriz de políticas y lineamientos estratégicos	470
12.2. Línea de base Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017	524
12.3. Matriz de responsabilidades por objetivo	546
12.4. Planificamos el futuro	579
12.5. Estrategia Territorial Nacional	584
Lista de Gráficos	591
Lista de Tablas	595

Fonte: SECRETARÍA NACIONAL DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO – SENPLADES. **Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017**. Quito, 2013. Disponible em: <https://observatorioplanificacion.cepal.org/sites/default/files/plan/files/Ecuador%20Plan%20Nacional%20del%20Buen%20Vivir.pdf>. Acceso em: 11 jul. 2022.